

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL

VERA LUCIA PUNZI BARCELOS CAPONE

**O ARQUIVO FOTOGRÁFICO ILUSTRATIVO DOS TRABALHOS GEOGRÁFICOS
DE CAMPO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
(IBGE): PROPOSTA DE UMA MATRIZ PARA ANÁLISE DOCUMENTÁRIA DA
PAISAGEM**



Niterói
2013

VERA LUCIA PUNZI BARCELOS CAPONE

O ARQUIVO FOTOGRÁFICO ILUSTRATIVO DOS TRABALHOS GEOGRÁFICOS DE CAMPO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): PROPOSTA DE UMA MATRIZ PARA ANÁLISE DOCUMENTÁRIA DA PAISAGEM

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Fluxos e mediações sociotécnicas da informação.

Orientadora: Professora Doutora Rosa Inês de Novais Cordeiro - UFF

Niterói
2013

T020
C246

Capone, Vera Lucia Punzi Barcelos.

O Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) : proposta de uma matriz para análise documentária da paisagem / Vera Lucia Punzi Barcelos Capone – 2013.

104 f. : il.

Orientadora: Rosa Inês de Novais Cordeiro.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social.

Bibliografia: f. 98-103.

Acompanha 1 CD-Rom.

1. Ciência da Informação 2. Organização da Informação 3. Fotografia paisagística
4. IBGE I. Cordeiro, Rosa Inês de Novais. II. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título

VERA LUCIA PUNZI BARCELOS CAPONE

O ARQUIVO FOTOGRÁFICO ILUSTRATIVO DOS TRABALHOS GEOGRÁFICOS DE CAMPO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): PROPOSTA DE UMA MATRIZ PARA ANÁLISE DOCUMENTÁRIA DA PAISAGEM

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Fluxos e mediações sociotécnicas da informação.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Rosa Inês de Novais Cordeiro - UFF (Orientadora)

Professora Doutora Miriam Paula Manini – UnB

Professora Doutora Sandra Rebel Gomes – UFF

Doutora Vera Lucia Cortes Abrantes – IBGE (Suplente)

Professora Doutora Vera Lucia Alves Breglia – UFF (Suplente)

Para Carlindo, que habita a constelação da Ursa Maior, e Zezé, com carinho.

Aos meus amados Andre, Rafael e Domenico.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer ao Coordenador Geral do Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE, David Wu Tai, por autorizar que eu cursasse o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, nível de mestrado, que dessa forma permitiu que ampliasse meus estudos e aprendesse a conhecer melhor a instituição IBGE e a história deste acervo, pelo qual sou uma apaixonada, tamanha sua beleza.

Meus agradecimentos se estendem a Maria Teresa Passos Bastos, à frente da Gerência de Bibliotecas e Acervos Especiais (GEBIS) na ocasião em que me inscrevi ao exame de seleção do curso de mestrado do PPGCI/UFF, tendo sido a primeira pessoa a ler meus rascunhos do anteprojeto desta pesquisa, encorajando-me. Muito obrigada, também, à bibliotecária Regina Maria Fucci, sempre pronta nas vezes em que recorri a ela, indicando as leituras que me levariam a percorrer o histórico do acervo e das expedições geográficas.

Aos funcionários da Biblioteca Central do IBGE sou muito grata por terem me atendido com atenção todas as vezes que necessitei pesquisar o acervo.

Gostaria de agradecer, também, aos colegas de turma do mestrado (2011) pela convivência harmoniosa, alegre e pelas dicas de leituras e dúvidas solucionadas. Aqui vai minha homenagem ao nosso colega-repositório Miguel!

Agradeço, aos professores e funcionários do PPGCI/UFF, gentis e competentes em nos auxiliar.

Não poderia deixar de incluir meu reconhecimento à Edila, Luiza Cristina, Leila e Lucyene que, mesmo não compartilhando de suas companhias há alguns anos, continuam me estimulando com seu apoio, porque são autênticas amigadas.

Agradeço, igualmente, às Professoras Doutoras Sandra Rebel Gomes, Miriam Paula Manini, Vera Lucia Alves Breglia e à Doutora Vera Lucia Cortes Abrantes (minha colega de IBGE) por aceitarem o convite em participar da banca examinadora de defesa de nossa pesquisa.

À Professora Doutora Rosa Inês de Novais Cordeiro, minha gratidão por ter sido minha orientadora e por sua competência, sempre serena e delicada para comigo, dividindo seu vasto conhecimento perante minhas dúvidas. A você, Professora Rosa Inês, muito obrigada por ter me indicado o caminho a seguir e por todas as sugestões e ensinamentos.

Por fim, muito obrigada ao meu querido Domenico, sempre disponível a me socorrer. Ao amado filho Andre, obrigada pela companhia que me fez nas muitas horas solitárias diante

do computador. E ao amado filho Rafael, obrigada por torcer por mim, mesmo que não diga nada (conheço vocês dois desde o momento que ainda não tinham chegado a este mundo).

RESUMO

O presente estudo discute a análise de paisagens da vida rural a partir das imagens fotográficas produzidas pelos geógrafos agrários do então Conselho Nacional de Geografia (CNG), entre os anos de 1940 e 1960, tendo por referência o Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se de uma pesquisa exploratória que aborda a informação geográfica no âmbito da Ciência da Informação, voltada para a organização e representação do conhecimento registrado no processo de transferência da informação. A partir de estudos sobre a paisagem levantados na literatura de Geografia e conjugado ao levantamento bibliográfico nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação e História, buscou-se identificar conceitos e categorias que subsidiaram a proposta de uma matriz para análise e indexação de fotografias de paisagens. Os conjuntos fotográficos selecionados do acervo para o experimento referem-se às regiões brasileiras, Nordeste e Sul, de acordo com a primeira divisão oficial das regiões proposta pelo Conselho Nacional de Geografia, em 1941.

Palavras-chave: Fotografias – Análise e Indexação. Paisagens – Princípios de Análise e Indexação. IBGE – Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo.

ABSTRACT

This study discusses the analysis of landscapes of rural life from the images produced by agrarian geographers of the National Council for Geography (CNG), between the years 1940 and 1960, with reference to the Photographic Archive of Works Illustrative Geographical Field, the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). This is an exploratory research that addresses the geographic information within information science, aimed at organization and representation of recorded knowledge in the process of information transfer. From studies on landscape raised in the literature of Geography and conjugated to literature from the areas of Archival Science, Library Science, Information Science and History. We sought to identify concepts and categories that support the proposal of a pattern landscape photos analysis and indexation. The selected photographic sets for the experiment are referred to the Brazilian regions, Northeast and South, according to the first official division of the regions proposed by CNG.

Keywords: Photographs – Analysis and Indexation. Landscapes – Principles of analysis and indexing. IBGE – Illustrative Photographic Archive of the Geographical Works of the Field.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Acampamento Internacional de Escoteiros	45
Figura 2- Verso de papel cartonado contendo cópia de contato de fotografia	46
Figura 3- Casa de colono de origem italiana no município de Xaxim (SC)	50
Figura 4- Colônia agrícola de Ceres: mulheres na colheita de café (GO)	51
Figura 5- Casa de babaçu perto da Fazenda Piquizeiro (MA)	69
Figura 6- Cerrado depois de Engenho da Água (MA)	71
Figura 7- Grupos de vaqueiros com seus cavalos (PI)	72
Figura 8- Folhas de carnaúba secando no terreiro (PI)	73
Figura 9- Carros transportando água (CE)	74
Figura 10- Plantação de cana: Sítio Vargem Grande (CE)	75
Figura 11- Caatinga mista (RN)	76
Figura 12- Casa de agregado (RN)	77
Figura 13- Vale com lavoura de cana-de-açúcar ao fundo (PB)	78
Figura 14- Gado em descanso (PB)	79
Figura 15- Aspecto parcial do Engenho Moreno (PE)	80
Figura 16- Fazenda da Cachoeira: plantações à margem do São Francisco (PE)	81
Figura 17- Lagoa Mundaú em Marechal Deodoro (AL)	82
Figura 18- Coleta de amendoim: município de Cruzeiro (SP)	83
Figura 19- Frente dissecada da Mantiqueira: município de Cruzeiro (SP)	84
Figura 20- Casal de colonos alemães em Terra Nova (PR)	85
Figura 21- Detalhe da engorda de porcos na Fazenda Santa Maria (PR)	86
Figura 22- Capela protestante do povoado Rio Ada no município de Timbó (SC)	87
Figura 23- Família de colono italiano colhendo fumo: município de Nova Trento (SC)	88
Figura 24- Cotovelo do Rio das Antas visto do alto de um patamar (RS)	89
Figura 25- Aspecto do Vale Caí, perto de Vila Feliz (RS)	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Contexto Histórico de Produção.....	61
Quadro 2 - Porção aparente do território.....	61
Quadro 3 - Configuração Territorial.....	63
Quadro 4 - Paisagem Típica (Valor Simbólico).....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDDI Centro de Documentação e Disseminação de Informações

CNG Conselho Nacional de Geografia

GEBIS Gerência de Bibliotecas e Acervos Especiais

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

RBG Revista Brasileira de Geografia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 PROBLEMA DE PESQUISA	19
3 MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL	22
4 SOBRE A PAISAGEM: DIMENSÃO CONCEITUAL	30
5 HISTÓRICO DO ARQUIVO FOTOGRÁFICO ILUSTRATIVO DOS TRABALHOS GEOGRÁFICOS DE CAMPO DO IBGE	34
5.1 OS PRIMEIROS TEMPOS: A FORMAÇÃO DO ARQUIVO.....	34
5.2 O CENÁRIO ATUAL: A ORGANIZAÇÃO E A ANÁLISE DOCUMENTÁRIA DO ACERVO.....	41
5.3 A PAISAGEM NAS FOTOGRAFIAS DO ACERVO.....	47
5.4 AS REGIÕES NORDESTE E SUL.....	52
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	59
6.1 MATRIZ PARA ANÁLISE DA PAISAGEM.....	60
6.2 ANÁLISE DOS CONJUNTOS FOTOGRÁFICOS SELECIONADOS.....	65
7 TESTE DA MATRIZ	69
7.1 REGIÃO NORDESTE.....	69
7.2 REGIÃO SUL.....	83
8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	91
9 CONCLUSÃO	95
REFERÊNCIAS	98
ANEXO	

1 INTRODUÇÃO

A análise de paisagens da vida rural a partir da imagem fotográfica, por meio de signos textuais, visando à sua indexação e recuperação é o tema desta pesquisa, que tem como referência o Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Este acervo registra as paisagens das diferentes regiões brasileiras capturadas pelos fotógrafos que acompanhavam os geógrafos nas expedições promovidas pelo então Conselho Nacional de Geografia, que doravante será reconhecido por sua sigla, o CNG. O nome que o identifica, Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo, deve-se ao fato de suas fotografias terem ilustrado estudos em publicações do IBGE e também *slides* dos cursos de atualização para professores de Geografia, ministrados pelos geógrafos do CNG.

Importa esclarecer que este nome já lhe fora atribuído quando de sua vinda para a Biblioteca Central do IBGE, onde está fisicamente localizado desde o ano de 1986. Cabe ainda registrar, que o acervo de materiais do IBGE é formado por outras coleções, além de seu material bibliográfico. Entre as coleções de fotografias se incluem o Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Municípios Brasileiros, Tipos e Aspectos do Brasil e as fotografias que reconstituem a memória institucional desde o seu nascimento, armazenadas também na Biblioteca Central do IBGE totalizando, aproximadamente, 80 mil fotografias.

Percebe-se assim, que a alma do conhecimento possui igualmente sua Geografia e os lugares do saber podem ser diversos da biblioteca tradicional, mas os caminhos que nos levam ao conhecimento também nos direcionam aos centros de cálculo, categoria defendida por Latour (2000), para quem “há um certo risco em limitar a ecologia dos lugares de saber aos signos ou à simples matéria do escrito” e que, desse modo, se aplica ao IBGE, contribuindo para a soma deste capital intangível, que vem a ser o conhecimento e pode ser gerado por fontes não bibliográficas, como é o caso da fotografia.

O conhecimento que nasce da informação pode estar plasmado não necessariamente no livro, mas inscrito em outros suportes que sustentam a condição de informatividade por meio de sua instância física, sua materialidade. Essa ideia de materialidade nos conduz ao plano do objeto como instrumento para promover a circulação do conhecimento à luz dos ensinamentos de Otlet, e selecionados na obra de Rayward (1990), para quem toda base do conhecimento, estando fixado materialmente, torna-se suscetível de estudo ou prova.

Discípula de Paul Otlet, Suzanne Briet (1970) estendeu a noção de documento para além da forma fixada materialmente, para quem estrelas e seixos levados pela correnteza não

são documentos; porém as fotografias das estrelas e dos seixos, quando analisadas, descritas, indexadas e catalogadas tornam-se documentos que se constituirão em ferramentas destinadas a dar suporte à pesquisa, proporcionando a coletivização do conhecimento.

Aplicando as ideias de Briet (1970) a este trabalho, qual seja analisar a paisagem da vida rural presente nas fotografias do acervo objeto desta pesquisa, mediante a aplicação de procedimentos de análise documentária à fotografia, este item se revestirá em documento, cingindo o conhecimento geográfico das regiões brasileiras à produção de informações que se constituirão num saber na transmissão de conteúdos, dando lugar à sua coletivização.

O acervo objeto desta análise começa a se formar em fins de 1939, concomitante ao início das atividades do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, criado em 13 de outubro de 1938 e instalado em 15 de março de 1939, diretamente subordinado ao CNG, havendo neste Serviço um centro de estudos que coordenava as excursões geográficas, os estudos *in loco*. O limite cronológico coberto pelo acervo abrange as décadas de 1940 a 1960.

No presente estudo, optamos por analisar as fotografias de paisagens da vida rural das regiões Nordeste e Sul por representarem – a nosso ver – características peculiares que as distinguem, no que diz respeito ao complexo geográfico, ou seja, o homem e o meio em que este vive. Em *Geografia do Brasil: roteiro de uma viagem*, obra organizada pelo então Diretor da Divisão de Geografia, Professor Antônio Teixeira Guerra, e pela professora Eloisa de Carvalho, o principal fator que incidirá nas duas regiões será o clima, individualizando-as.

Trata-se de uma pesquisa exploratória que aborda a informação geográfica no âmbito da Ciência da Informação, voltada para a organização e representação do conhecimento registrado no processo de transferência da informação, atendo-se à análise de conteúdo da imagem e não na descrição dos elementos da composição fotográfica, tais como formato, plano, contraste e outros. Em nossa proposta, procuramos demonstrar que numa paisagem, através da sua representação fotográfica, se identificam as dimensões de lugar, espaço e tempo, entre outros elementos. Para tanto, vincula-se aos pressupostos epistemológicos que regem o campo de conhecimento da Ciência da Informação, entre outros, seus processos de construção, processamento para acesso e respectivo uso.

Neste contexto, cabe ressaltar que esta investigação, além de aliada aos preceitos da Ciência da Informação, se situa também entre as questões que envolvem a representação da memória social, pois sendo a informação imagética – neste caso – veiculada por meio de fotografias, é ela carregada de sentidos, suscitando um novo olhar. Lembrando Schama (1996), podemos viajar no tempo sem sair do lugar.

A fotografia como documento possibilita, através da imagem, expandir o pensamento social, esclarecendo e modificando a compreensão humana. A imagem fotográfica como documento permite dar forma a novos conceitos de realidade e colabora na construção do conhecimento a partir da memória social. Através da câmara fotográfica registram-se acontecimentos e fenômenos naturais e sociais como, por exemplo, o modo de vestir de determinado grupo social, o deslocamento dos animais e dos seres humanos, a construção de cidades, o traçado de ruas, a vegetação e os acidentes geográficos, os espaços de moradia, emprego, lazer e cultura, o automóvel, as multidões, o trabalho manual ou mecanizado, a fábrica, a vida rural. Esse testemunho, fruto da visão e o meio físico, conduz à dimensão visual da imagem fotográfica “capaz de criar um capital cognitivo” como propõe Meneses (2005, p. 35).

Em nossa pesquisa, entendemos a fotografia assumindo um certificado de presença, em que o momento registrado não pode mais ser tocado. A fotografia torna o mundo tangível reconhecendo-se os recursos cognitivos que pode propiciar: “A visão ‘realista’ do mundo compatível com a burocracia redefine o conhecimento – como técnica e informação. As fotos são apreciadas porque dão informações. Dizem o que existe; fazem um inventário.” (SONTAG, 2010, p. 32).

A partir desta realidade é possível reconhecer, como bem explicita Barthes (1984), que a fotografia é dotada de funções como informar, representar, surpreender e fazer significar. Estas contingências do documento fotográfico estabelecem seu vínculo com a sociedade e permitem a instauração de um novo paradigma do conhecimento, no qual a imagem fotográfica passa a ser vista pelo viés de um significativo repositório de informações.

Os caminhos que levaram a autora a esta pesquisa se iniciaram quando principiou suas atividades profissionais no processamento técnico de materiais bibliográficos e depois veio se consolidando com a descrição e tratamento de materiais iconográficos, neste caso, as fotografias da coleção do IBGE. A partir do envolvimento com este acervo, pode perceber que a leitura daqueles documentos conduzia à análise da paisagem produzindo sentidos através de signos textuais, traduzindo-se numa radiografia geográfico-social veiculada pelas imagens que registram as diferentes regiões brasileiras, revelando as práticas desenvolvidas na vida rural e da mesma forma suas características culturais, pertinentes aos anos abrangidos pelo acervo, que vão de 1940 a 1962.

Desse modo, é nossa intenção também introduzir no cenário do tratamento da fotografia o seu entendimento enquanto documento e fonte de informação que se apoia nos fundamentos teórico-metodológicos que regem a Ciência da Informação, cujo campo de

estudo tem por escopo analisar seus processos de construção, comunicação e apropriação da informação considerando futuros usos e produtos. Pretendemos, igualmente, compreender a fotografia como evidência histórica, contribuindo para a valorização da imagem fotográfica como fonte de representação social e cultural. Nesse aspecto, concordamos com Burke (2004): [...] da mesma forma que outras formas de evidência, fotografias podem ser consideradas ambas as coisas evidência da história e história. Elas são especialmente valiosas, por exemplo, como evidência da cultura material do passado.

Diante disso, o objetivo principal da nossa pesquisa é compreender os conceitos e os métodos utilizados pelos geógrafos agrários no estudo da paisagem, focalizando a vida rural, de modo a nos subsidiar em princípios de análise e indexação no tratamento desse material que compõe o Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo.

O acervo se caracteriza como um conjunto de documentos visuais que engloba informações sobre o território brasileiro, incluindo, além de suas configurações de relevo, sua gente, suas manifestações culturais e aspectos socioeconômicos das regiões, que possa permitir a reconstrução de memória e potencializar seu uso e gerar novos conhecimentos, se adequadamente representado.

A fim de concretizarmos nosso objetivo principal, para atingi-los, procederemos aos seguintes objetivos específicos, considerando o contexto social e político da época:

- Compreender o conceito de vida rural aplicado ao período de produção das imagens do acervo;
- Identificar na literatura os métodos de pesquisa dos geógrafos agrários no estudo da paisagem e sua compreensão sobre o conceito de paisagem;
- Buscar procedimentos de análise da fotografia que permita elevá-la ao patamar de “certificado de presença” (BARTHES, 2004), fonte de informação visual para a pesquisa e, que por meio de seu significado, possa contribuir para a reconstrução da memória social;
- Levantar os conceitos e as categorias de análise a partir da literatura analisada a fim de elaborar uma matriz para análise da paisagem, que evidencie a importância destas categorias;
- Analisar conjuntos fotográficos selecionados de acordo com os procedimentos metodológicos propostos no item anterior;

- Apresentar princípios de análise e indexação de fotografias resultantes da matriz elaborada e testada.

Para tratar destas questões, estruturamos este trabalho em outras oito seções. Sucedendo o texto introdutório, na Seção 2 apresentamos o problema de pesquisa, no qual discorremos sobre o papel da imagem fotográfica como documento tendo em vista as necessidades dos usuários, seu papel de testemunho no decurso da contextualização, introduzindo os propósitos dos geógrafos que deram início à formação do Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos de Campo.

O estado da arte da fotografia é contemplado na Seção 3, através do marco teórico, considerando as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia, Ciência da Informação e Geografia. Nesta seção, inicia-se a discussão sobre a paisagem, espaço e fotografia não apenas segundo a visão de geógrafos, mas traçando um relacionamento entre paisagem, fotografia e memória social pelo viés de historiadores.

Na seção 4, discorremos sobre o conceito de paisagem e seu resgate histórico aos olhos do Ocidente, abordando também os elementos perceptíveis que a compõem por meio dos estudos empreendidos por geógrafos e suas formas simbólicas, quando analisada por historiadores.

O histórico da formação do acervo que direciona nossa pesquisa é analisado na Seção 5, onde também descrevemos sua organização e análise de conteúdo na atualidade. Através do resgate histórico de sua formação, buscamos compreender os métodos e procedimentos técnicos adotados pelos geógrafos agrários.

O detalhamento da matriz conceitual para a categorização e análise da paisagem de natureza, levando em conta as categorias obtidas através do mapeamento na literatura das áreas de Biblioteconomia, Geografia e História, é visto na Seção 6.

Partindo da proposta de matriz conceitual, na Seção 7 são analisados os conjuntos fotográficos selecionados entre as duas regiões brasileiras, Nordeste e Sul, cujos resultados são discutidos na Seção 8.

Por fim, apresentamos a conclusão à Seção 9 tomando por base o problema de pesquisa considerado, a revisão de literatura e a discussão da paisagem tecida por geógrafos e historiadores.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

Definir o problema de pesquisa que norteia nossas indagações neste projeto requer, inicialmente, considerar algumas recomendações citadas por Burke (2004, p. 24): [...] para alguém que planeje utilizar o testemunho de imagens, isto é, que inicie estudando os diferentes propósitos dos realizadores de imagens [...] precisamente a fim de registrar o que havia sido descoberto. E complementa: [...] Entretanto esses documentos precisam ser contextualizados (BURKE, 2004, p. 24).

Contextualizar um documento, a partir da diversidade de registros, em nosso caso a fotografia, se faz na medida em que o desconstruímos através de nossas indagações para daí retirar novas informações e, assim, subsidiar nossa compreensão propiciando-nos sua apropriação através de um novo olhar (PAIVA, 2006).

O método da contextualização difere do momento de geração da imagem, que por meio de nossas indagações, nos leva a conhecer os diferentes sentidos que podem ser atribuídos ao documento, funcionando como ponto de partida para a análise documental, como observa Borges (2005, p. 82):

A imagem fotográfica é fixa. É produzida a partir de um artefato físico-químico e pressupõe a existência de um referente. É matéria que pode ser tocada e apalpada. Informa sobre cenários, as personagens e os acontecimentos de uma determinada cultura material. É dotada de uma imensa variabilidade plástica, materializada por seus diferentes formatos e múltiplos enquadramentos. É fragmento congelado e datado. Como outras imagens, ela também pressupõe um jogo de inclusão e exclusão. É escolha e, como tal, não apenas constitui uma representação do real, como também intera um sistema simbólico pautado por códigos oriundos da cultura que os produz.

Assim, para chegarmos ao nosso questionamento devemos iniciar por conhecer os propósitos dos geógrafos que deram início à formação do Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo.

Tomando como ponto de partida o histórico que percorre a formação deste acervo, percebe-se que os registros fotográficos refletem informações sobre população e território acompanhando, durante o período em que foram produzidos, a necessidade de uma política de integração nacional (SILVA; CACHAPUZ; LAMARÃO, [2004?]) , modernização das instituições e desenvolvimento econômico-industrial que demarcam o cenário político que se inicia no Estado Novo e se estende até o início da década de 1960, período em que se interrompe sua continuidade.

A origem deste acervo resulta das pesquisas e trabalhos de campo empreendidos pelos geógrafos do IBGE, sob a coordenação do CNG, e que tinham como propósito o conhecimento do território geográfico e a formulação de políticas públicas para sua administração (PENHA, 1993). Assim, de cada excursão resultava uma documentação

fotográfica, cujos registros estão organizados fisicamente de acordo com a divisão do território nacional, ou seja, em regiões.

Considerando-se seu conteúdo, as fotografias refletem características geográficas peculiares a cada região brasileira expressa por paisagens. Neste aspecto, pensamos ser o início de nosso ponto de partida, e por essa razão acrescentamos aqui as palavras de Melo (2001, p. 29), a respeito da conceituação de paisagem para a Geografia: O conceito de paisagem é um dos mais antigos da Geografia, a ponto, de nas abordagens mais remotas, os geógrafos afirmarem ser a Geografia a ciência das paisagens.

Assim, cabe-nos entender os sentidos da paisagem e do espaço que rege a vida rural no contexto da época em que estes documentos foram produzidos, perguntando: como interrogá-las, que aspectos, categorias e pontos de acesso devem ser considerados para análise e indexação visando à recuperação destas fotografias, objetos deste estudo, tendo em vista as demandas de usuários, a literatura da área de Geografia, a literatura da área de Ciência da Informação, para, por fim, compreender a demanda da época. Para responder às nossas indagações buscamos na literatura da área de Geografia os estudos empreendidos na conceituação, descrição e explicação da paisagem. Na literatura da área da Ciência da Informação nos pautamos no domínio da análise, descrição e indexação de imagens, para sua posterior recuperação.

A relevância desta pesquisa para a área da Ciência da Informação, se plasma no interesse pelo estudo de documentos imagéticos, entre eles a fotografia, e é medida pela importância com que, na contemporaneidade, estes documentos contribuem e influenciam nos mecanismos de acesso resultantes da análise documentária de imagens, sua atuação no processo de transferência da informação, levando em conta o potencial informativo dos documentos imagéticos. No entanto, para potencializar o conteúdo destes documentos torna-se necessário ampliar os procedimentos metodológicos da análise indexadora através da abrangência das categorias que serão aplicadas na representação destes registros. A amplitude dessas categorias poderia ressaltar o seu domínio informativo na mediação entre o documento e o usuário do sistema de informação, seja ele real ou potencial (Cordeiro, 2010). Diante disso, pretendemos nesta pesquisa desenvolver uma matriz conceitual das categorias que serão analisadas no conjunto fotográfico e, em especial, para o exame das paisagens.

Outra questão importante no que se refere ao papel da indexação da imagem é a de se estabelecer os objetivos que se pretende alcançar com relação ao documento, tendo sempre em vista as necessidades dos usuários. Segundo Cordeiro (2000, p. 15):

Entre outros fatores de discussão e preocupação dos analistas-indexadores, está o que diz respeito à decisão sobre o nível de detalhamento a ser dado na descrição do documento [...]. Acredita-se que esta decisão recai na questão de se ter claramente definido o objetivo que o Sistema de Recuperação da Informação (SRI) pretende atingir com a indexação do documento, em relação ao segmento-usuário, isto é, a definição de uma política de indexação a ser adotada, considerando-se os fatores relacionados ao planejamento e, especificamente, à indexação e busca de informações.

Em síntese, nossa questão de pesquisa se debruça sobre a representação da imagem fotográfica procurando revelar, como refletem Cordeiro (2005) e Cordeiro e Amâncio (2006): quais conceitos e termos serão úteis para descrever e indexar imagens, considerando a época que foi gerada e em vista disso, o método de pesquisa dos geógrafos agrários, o sistema de informação atual e os usuários deste sistema?

Retomando seu histórico e nos atendo a questões que implicam também no processamento técnico deste acervo, importa aqui assinalar a natureza inicial deste material, que à época configurava-se como documento de arquivo. Após cada excursão se produzia, sempre que possível, uma documentação fotográfica para compor a Filmo-Fototeca do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica e, mais tarde, o Laboratório Foto-Cartográfico e mais adiante, o Arquivo Fotográfico.

Reverendo a definição para documentos de arquivo, Rousseau e Couture (1998, p. 122) observam:

Esses documentos provam a existência do objeto de qualquer reconstituição e a fidelidade desta em relação à realidade evocada. Este papel de testemunho pode ser atribuído a pessoas que oralmente, graças à memória, tornarão possível a reconstituição de um acontecimento, de um costume, de um conto ou de uma decisão. [...] Enfim, e é o que nos interessa aqui, o papel pode ser plenamente por documentos de arquivo, manuscritos, fotografias, mapas, planos, fitas magnetoscópicas, microfilmes ou suportes informáticos [...] visto que eles recordam de maneira objectiva e autêntica as actividades de uma pessoa física ou moral.

Diante do exposto, nos deparamos com uma mudança de abordagem, pois desde a década de 1980 este acervo se encontra sob a guarda da Gerência de Bibliotecas e Acervos Especiais e o tratamento técnico da documentação tem como base a organização de uma coleção.

3 MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL

A fim de favorecer embasamento teórico que possibilitasse o desenvolvimento desta pesquisa, procedemos ao levantamento bibliográfico em periódicos de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação e aqueles da área de Geografia, considerando os últimos cinco anos (2006-2011). Além destes, pesquisamos em teses e dissertações depositadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e no Repositório de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo, tendo em vista os últimos dez anos (2002-2012). Este levantamento teve como parâmetro os seguintes termos de busca e recuperação: Fotografia(s), IBGE, Informação Geográfica, Vida Rural, Acervos Arquivísticos e Fotográficos. Os resultados obtidos – em periódicos da área de Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia – só foram positivos para as buscas do termo “Fotografia(s)”. Com relação às revistas de Geografia, os resultados foram positivos para os seguintes assuntos: IBGE, Vida Rural e Fotografia(s). Na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, as respostas se deram para os termos/assuntos “Fotografia(s)” e “Vida rural”.

O levantamento bibliográfico seletivo foi sistematizado por quatro análises. Primeiramente, examinamos a literatura nacional das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação, levando em conta artigos de periódicos, teses e dissertações, procurando extrair de seus autores as principais tendências no que se refere à organização, análise e indexação de fotografias.

Em segundo lugar, nosso levantamento considerou artigos, teses e dissertações na área de Geografia que tratassem de fotografia, pois sendo nossa pesquisa baseada num acervo produzido por geógrafos e, também por fotógrafos, entendemos ser relevante conhecer as tendências desta área no que diz respeito à fotografia para a Geografia.

Em terceiro lugar, nosso levantamento recaiu sobre os autores dos dois grupos, nacionais e internacionais, que produziram uma literatura substancial tanto para a área da análise e indexação da imagem, como para a área da Geografia, nesta discutindo as relações entre paisagem, espaço e fotografia.

Por último, vinculamos à nossa pesquisa um olhar sobre a memória social que se materializa pela imagem fotográfica, na tentativa de examinar a vida rural presente, entre as décadas de 1940 a 1960, que nos permita refletir sobre a questão da imagem fotográfica como aquela que pode nos fazer repetir que “recordar é viver”, remetendo-nos ao trabalho de campo realizado à época e de acordo com os cânones da Ciência da Informação, para o qual a

fotografia atua como documento e fonte de informação. Para estas duas últimas análises, consideramos a literatura em fontes bibliográficas.

Desse modo, os títulos de periódicos nacionais resultantes deste levantamento na área de Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia, são os seguintes: Ciência da Informação, Transinformação e Educação Temática Digital – ETD. Os textos selecionados da área de Geografia encontram-se nas seguintes revistas: GeoTextos, Ateliê Geográfico, Espaço Plural, Boletim Geográfico, Mercator, Ra’Ega e Revista Discente Expressões Geográficas.

Com base no levantamento bibliográfico, percebemos a recorrência dos termos Paisagem e Espaço, ideia-chave que determinou o desenvolvimento desta pesquisa. A partir desta resposta, selecionamos as referências que apresentaram os termos Paisagem e Espaço.

Tomando como ponto de partida o levantamento do termo Fotografia(s), para as áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia, encontramos em Crippa e Lastoria (2010) reflexão sobre a articulação do discurso iconográfico revelando a construção do espaço como resultado de perspectivas culturais.

Com relação aos contextos que permeiam a análise fotográfica através da própria imagem e a legenda, o texto que pode acompanhá-la ou não, verificamos em Manini (2002, p. 22-23) o domínio da Linguística aplicado no processo de análise documentária:

Não podemos nos esquivar, contudo, de diferenciar dois contextos da relação imagem/texto:
 – a imagem fotográfica – o documento fotográfico –, somada a uma outra linguagem (a legenda, por exemplo) é um exemplo de utilização da informação textual reforçada e reiterada por uma informação imagética;
 – a imagem fotográfica – o documento fotográfico –, através dos procedimentos da Análise Documentária e seleção de termos de uma linguagem documentária, gera uma informação textual (os resumos e termos de indexação ou palavras-chave).

O domínio da Linguística também é abordado por Manini no que diz respeito à leitura de imagens e alguns leitores de imagens, destacando a importância da linguagem verbal na leitura de imagens, que se estabelece nas diferenças entre texto e discurso visual:

O que nos interessa é a abordagem histórica e documental da leitura de imagens fotográficas depositadas em acervos institucionais. Ainda que um pouco de Psicanálise, Sociologia, Arte, Filosofia e o que mais possa fazer parte de tal análise, aqui vamos nos concentrar na leitura que deveria ser feita por profissionais de acervos fotográficos de arquivos, centros de documentação e museus no tratamento documental da imagem, e abordar, de passagem, a leitura de recepção feita por usuários (pesquisadores de imagens) (MANINI, 2011).

Na área de Arquivologia, em Lopez e Borges (2009) deparamo-nos com a visão arquivística sobre os documentos fotográficos, cujo tratamento privilegia o conteúdo das imagens, não levando em consideração o contexto arquivístico para sua organização e descrição, em que os autores tecem certa crítica no que diz respeito à valorização visual na contemporaneidade. Ainda nesta área, Murguia e Registro (2006) defendem o arranjo arquivístico como sendo um ato de comunicação, onde a fotografia possui valor de análise e

leitura, pois além do significado agrega sentido a partir da sua disposição. Para Queiroz Filho (2010), a fotografia pode representar a construção da memória de um lugar, possibilitando ler e significar o mundo. Segundo ele, a cartilha visual dada pela fotografia através de uma política espacial normalizada funcionaria como mapa das imagens.

Nas revistas de Geografia e na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações obtivemos resposta significativa em nosso levantamento para os termos/assuntos como Fotografia(s) e IBGE. Pesquisando o termo “Fotografia(s)” naquelas revistas, tivemos a oportunidade de chegar ao conceito de paisagem e espaço, que percorre os diferentes territórios e regiões brasileiros. Richter, Marin e Decanini (2010) se referem à contribuição da análise espacial para compreender o mundo, sendo a leitura do espaço geográfico o estudo de diferentes territórios e regiões.

A paisagem, enquanto produtora de significados, é vista por Melo (2008) como campo, instância e lugar de conhecimento, fazendo parte também do processo cultural posto que está condicionada a valores de sentido.

Castiglione (2009), por sua vez, procede a uma análise epistemológica da geoinformação observando que a principal transformação que irá marcar e caracterizar o conhecimento em geoinformação durante o século XX será a utilização de diversos tipos de imagens na geração de geoinformações, evidenciando aquilo que conhecemos como sensoriamento remoto. A utilização de sensores na produção de geoinformações se inicia, ainda no século XIX, pelo emprego do sensor fotográfico, a câmara fotográfica.

A resposta à busca do assunto “IBGE” nos apontou a utilização das microrregiões propostas pelo IBGE como meio de se redefinir a paisagem e assim revelar as potencialidades da parcela do território, como observa Passos (2008/2009).

Quanto ao assunto “Vida Rural”, Santos (2011) debate a conceituação de espaço rural através da sua caracterização, a qual engloba o que é agrícola e não agrícola, sendo aquela unindo formas de produção, consumo, comportamento, infraestrutura e técnicas que relacionadas entre si, podem expressar o ambiente e a vida como rurais ou não, numa discussão que aborda não apenas o tipo de produção, mas também o modo de vida de um determinado grupo social num dado espaço.

Considerando os assuntos “Paisagem” e “Espaço”, nos deparamos com uma discussão profícua, que nos dirigiu a apontamentos singulares analisados por Blanc-Pamard e Raison apresentados na Enciclopédia Einaudi, em seu volume oito, dedicado à Região; e pelo geógrafo Milton Santos em seu livro “A natureza do espaço”. Esta discussão será retomada na seção quatro.

Paisagem, segundo Blanc-Pamard e Raison (1986, v. 8), é um termo habitualmente utilizado no cotidiano, mas seu significado é polissêmico, sendo empregado por várias disciplinas tão vagas quanto variadas. A compreensão da paisagem é vista sob o olhar de diversas culturas e de acordo com cada época foi influenciada pelas artes, religião, filosofia, entre outros aspectos:

No seu sentido mais corrente o termo “paisagem” designa a parte de um território que a natureza apresenta ao observador, mas esta acepção banal é hoje considerada insuficiente, porque nunca como hoje este termo da linguagem corrente foi carregado de tão grande número de ambiguidades e incertezas.

Em direção a uma conceituação de Paisagem, os autores acima citados apresentam a definição atribuída pela escola francesa, citando Georges Bertrand (1972). Para o geógrafo francês, paisagem é a combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos configurando-se num sistema global, pois Bertrand (1972 apud BLANC-PAMARD; RAISON, 1986, v. 8) descarta a ideia de uma simples junção de elementos geográficos, no qual não se considera as implicações da participação do homem.

A construção do conceito de paisagem pelo geógrafo Milton Santos (2009) se associa ao enfoque do espaço geográfico como um híbrido, pois o espaço é um resultado inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações, daí sua tese por uma necessidade epistemológica na distinção entre paisagem e espaço:

Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima (SANTOS, 2009, p. 103).

Santos (2009) analisando a paisagem pelo viés da temporalidade a interpreta como transtemporal, pois une objetos reais passados e presentes e segundo ele mesmo define, uma construção transversal. Já o espaço assume uma construção horizontal, pois é sempre um presente, uma situação única:

A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual (SANTOS, 2009, p. 104).

O levantamento bibliográfico sobre o termo/assunto “Fotografia” na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, nos direcionou para a ideia-chave sobre política de indexação no processo de análise e indexação de fotografias alinhadas às necessidades do usuário e ao perfil da instituição, exemplificados por Amaral (2009). Outra ideia-chave selecionada é aquela que aborda a temática da paisagem dos pontos de vista da

história da arte, fotografia e geociências presentes nos trabalhos de Baptista (2010), Lüersen (2010) e Melo (2008).

Aqueles autores recorrentes que trouxeram importantes contribuições para a questão da indexação de forma geral e sendo aplicada ao documento fotográfico nos serviços de informação tratam do trinômio: análise, indexação e recuperação de informações.

Na análise de documentos no âmbito descritivo, tendo por base a análise de conteúdo voltada para unidades de informação com grandes estoques informacionais, bibliotecas, arquivos e museus, por exemplo, e considerando-se a tipologia do documento primário a ser descrito, neste caso a fotografia, este processo será influenciado pela sua materialidade, nas observações de Guinchat e Menou (1994). No que tange às imagens, a sua percepção apresenta mais ambiguidades daquela compreendida numa frase escrita, para a qual os meios de controle são imediatos, quando se pode lançar mão de dicionários.

De acordo com estes autores, a natureza do documento exerce grande influência na operação de análise e tradução dos assuntos. Para eles, documentos como anuários, patentes e relatórios de experiências apresentam quase sempre os mesmos elementos:

No momento em que o indexador toma conhecimento do documento que irá descrever, deve evitar ser influenciado pela forma como o assunto é apresentado ou por suas reações pessoais. Na análise dos documentos audiovisuais esta influência é mais difícil de ser evitada (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 126).

Lancaster (2004), em seu livro “Indexação e resumos”, no capítulo destinado às bases de dados de imagens e sons, examina as várias questões relacionadas à indexação de imagens fazendo uma criteriosa análise das várias contribuições de outros autores neste campo. Em seus argumentos, chama atenção para o fato de as imagens diferirem da recuperação de textos, pois oferecem ampla variedade de características, consideradas por muitos como níveis variáveis de abstração. Em seu trabalho, cita também vários sistemas desenvolvidos para permitir a busca de imagens, entre eles o Query by Image Content (QBIC).

Outra contribuição importante na análise, indexação e recuperação é apresentada por Peter Enser (2009). Numa ampla revisão da literatura, comenta sobre os desafios que norteiam a busca e recuperação de imagens visuais de diversas naturezas, procedendo a uma retrospectiva que aborda os impactos exercidos pela criação de novas tecnologias nesta área de estudo.

Sobre indexação de assuntos dos materiais iconográficos, o autor mencionado se refere aos desafios na tradução da imagem ao se fazer a transposição da percepção imagética, que deste processo resulta uma informação cognitiva, pois se lida com a interpretação semântica

do contexto cultural envolvido, sendo necessário aliar neste aspecto a experiência do profissional envolvido com a indexação.

Com relação às bases teóricas aplicáveis às imagens na análise, identificação e classificação de assuntos, Shatford (1986) esclarece que os princípios adotados relativos à definição dos pontos de acesso para recuperação e posterior uso das imagens devemos levar em consideração os propósitos para o uso das imagens de um acervo. Destaca que na análise de imagens fotográficas é necessário atentar para o sentido contido nas imagens e sua correlação com os termos para descrevê-las. Enquanto palavras contêm um significado, o sentido de uma imagem pode ser determinado pelo seu referente.

A autora recorre à teoria desenvolvida por Erwin Panofsky, historiador da arte, que determinou três níveis de significação para descrever imagens. O primeiro, pré-iconográfico, voltado para uma descrição genérica de objetos e eventos, não havendo necessidade de conhecimento profundo para sua descrição. Iconográfico, o segundo nível de descrição, aplica-se ao significado convencional da imagem e requer habilidade em se reconhecer uma cultura específica que ultrapassa objetos e eventos do dia a dia. Quanto ao terceiro nível, o iconológico, volta-se para o conteúdo intrínseco da imagem. Sintetizando essas categorias, Shatford observa que o nível pré-iconográfico seria a descrição; a análise estaria a cargo do iconográfico e que ao iconológico caberia a interpretação.

Shatford considera, ainda, que os dois primeiros níveis podem ser subdivididos em OF e ABOUT. No nível pré-iconográfico, OF está relacionado aos aspectos genéricos da descrição, enquanto no nível iconográfico, trata-se de especificidade. Quanto ao ABOUT (tematicidade), no nível pré-iconográfico, representaria as emoções; já no nível iconográfico ABOUT seria o sentido figurado, mítico, a parte simbólica que a imagem representa.

A partir destas duas categorias, OF e ABOUT (DE e SOBRE), a autora propõe combiná-los à classificação facetada de Ranganathan, a Colon Classification, ou seja, às facetas de Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo, onde personalidade e matéria equivalem a WHO (quem); energia a WHAT (o que); espaço a WHERE (onde) e tempo a WHEN (quando). No entendimento da autora, estas são as perguntas básicas que o indexador deve fazer quando descreve uma imagem, podendo auxiliá-lo na identificação do assunto.

Feita esta proposta, Shatford aplicou-as ao esquema desenvolvido pela Biblioteca Nacional da França para análise e descrição de fotografias, que divide a categoria OF (DE) em específico e genérico, para seu maior detalhamento.

Paralelamente a estes conceitos discutidos na área de análise, indexação e recuperação de informações, vale relatar as ponderações de Raper (2009) com relação à informação

geográfica. Em artigo de revisão, este autor chama atenção para o fato de a informação geográfica ser pouco explorada pela Ciência da Informação, embora ofereça um vasto campo para discussões, dado seu aspecto multidisciplinar. Neste ponto, faz uma crítica ao considerar que a informação geográfica não se limita apenas aos mapas, abrangendo, no entanto, uma vasta gama de informações.

Segundo Raper (2009), o desafio para a Ciência da Informação é compreender a representação do espaço, reconhecendo suas relações e características variáveis, pois como dado a ser recuperado, também necessita de tratamento e padronização. Complementando esta ideia e tendo nossa pesquisa como referência uma das coleções do acervo fotográfico do IBGE, entendemos oportuno mencionar o trabalho de Maroun e Neves (1996) que aborda normas para indexação de nomes geográficos.

O estudo das autoras se refere à normalização dos elementos de entrada para descrição dos nomes geográficos, com um nível de especificidades para os nomes geográficos brasileiros¹: “A produção de informações geográficas é um dos objetivos do IBGE, o que faz da normalização dos nomes geográficos uma necessidade prioritária para seus serviços de recuperação e disseminação de informações [...]” (MAROUN; NEVES, 1996, p. 7).

Por fim, lançando nosso olhar para a fotografia como testemunha do real e atuando por esta razão como instrumento e documento de pesquisa, que cria uma visão do mundo a partir do mundo, moldando uma memória, redocumentando espaços, objetos e momentos fotografados, prosseguimos no levantamento bibliográfico relacionando paisagem e imagem fotográfica no resgate da memória da vida rural, encontramos em Schama (1996, p. 17) respaldo para esta abordagem:

Pois, conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõem-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas. [...] É evidente que o próprio ato de identificar (para não dizer fotografar) o local pressupõe nossa presença e, conosco, toda a pesada bagagem cultural que carregamos. Afinal, a natureza selvagem não demarca a si mesma.

A dimensão da fotografia na construção da memória social também é associada à produção de sentidos, como resultado de uma atividade social, que pertence a um contexto sociocultural. Segundo Mauad (1996):

A fotografia é interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentido pautado sobre códigos convencionalizados culturalmente. É uma mensagem

¹ Entre os anos de 1983 e 1984, um grupo de trabalho, formado por representantes de diferentes instituições, reuniu-se na Biblioteca Nacional com a missão de elaborar recomendações quanto aos cabeçalhos (de responsabilidade e de assunto) para entidades coletivas e nomes geográficos brasileiros, que resultou num documento. A parte dos topônimos levantados coube à equipe da Biblioteca Central do IBGE (MEY, 2003, p. 169-173).

que se processa através do tempo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções sógnicas diferenciadas, de acordo tanto com o contexto no qual a mensagem é veiculada, quanto com o local que ocupam no interior da própria mensagem.

No que tange ao processo de construções de realidades a partir da imagem, a fotografia estabelece um confronto entre passado e presente ativado em nossa memória pelos arquivos visuais. A realidade passada é fixa, no entanto está sujeita a inúmeras interpretações contribuindo para a construção de novas realidades, como observa Kossoy (2009, p. 132):

Fotografia é Memória e com ela se confunde. O estatuto de recorte espacial/interrupção temporal da fotografia se vê rompido na mente do receptor em função da visibilidade e “verismo” dos conteúdos fotográficos. A reconstituição histórica de um tema dado, assim como a observação do indivíduo rememorando, através de álbuns, suas próprias histórias de vida, constitui-se num fascinante exercício intelectual onde podemos detectar em que medida a realidade anda próxima da ficção.

Aquela primeira realidade expressa pela representação plástica de um determinado instante e materializada pelo objeto fotográfico dará início a um novo e contínuo processo, do qual resultará o documento. E é graças ao documento que podemos estudar a dimensão conceitual da paisagem, na seção seguinte.

4 SOBRE A PAISAGEM: DIMENSÃO CONCEITUAL

Nesta seção entendemos ser necessário iniciar por um breve resgate histórico da paisagem, ou, o modo de olhar e interpretar a natureza, pois é por meio dela que a paisagem se tornará evidência e passa a ser apreciada por si mesma aos olhos do Ocidente, a partir do século XVIII. Anteriormente, a paisagem exprimia uma representação simbólica sacralizada. Nestas considerações, nosso aporte teórico será à luz da escrita de Debray (1994) e Gombrich (1979). Este exercício nos parece importante, pois demonstra a “evolução do olhar” – se é que podemos assim falar. Sua gênese introduz a trajetória do olhar no Ocidente, que parte de uma educação moral até encontrar uma liberdade de consciência: “A arte, assim como a paisagem, são atitudes de consciência”, fala-nos Debray (1994).

No início, na era paleolítica, não há a representação da paisagem em sua pintura, mas a presença de animais como aquelas imagens de bisões, mamutes e renas encontradas no século XIX nas paredes de cavernas e rochas, na Espanha e no Sul da França. No Egito, a ausência da paisagem também é percebida, já que a arte egípcia privilegiava imagens daquilo que pertencera a uma pessoa ou a uma cena, supondo uma arte para a eternidade. Quanto à cerâmica grega, os lugares, assim como os detalhes, remetem aos mitos ou a representações teatrais, em razão da arte do Teatro. Os romanos praticavam uma arte mais naturalista na qual figuram naturezas mortas, campos ornamentais que decoravam as vilas, mas que, no entanto, apenas sugerem temas mitológicos, como observa Gombrich (1979).

A ausência da paisagem igualmente poderá ser notada no primeiro milênio cristão, apesar do mundo feudal transcorrer em torno da vida campesina. A verdade cristã estava afastada da realidade do meio ambiente e o *in visu* era apenas o jardim do paraíso, o Éden. Segundo Debray (1994, p. 192): “Cada cultura, ao escolher sua verdade, escolhe sua realidade: aquilo que ela se permite reconhecer como visível e digno de representação”.

A natureza vista em sua autonomia começa a dar os primeiros passos a partir da Renascença, nas pinceladas de Joachim Patinir (1475-1524), em Flandres (Bélgica, nos dias atuais), tendo florescido na Holanda:

Credita-se à Renascença o fato de ter tornado ilimitado o mundo desenferrolhando a Europa e fazendo recuar seus horizontes. Mais extraordinário do que uma América de palavras já conhecida antes de ser observada, foi esse encurtamento do olhar que coloca os confins à nossa porta: A Arcádia no fim da rua e as Geórgicas na região de Ile-de-France ou na Toscana (DEBRAY, 1994, p. 195).

Assim, a paisagem avança do contexto do sagrado para a humanização do olhar, do confinamento para a autonomia do visível sendo vivenciada, fotografada e teorizada. É a

partir daqui, de sua teorização, que desenvolveremos a discussão conceitual da paisagem empreendida por geógrafos acerca dos elementos que a compõem, no decurso de suas formas; e por historiadores, na representação de suas formas simbólicas por meio da dimensão histórica que assumem ao longo do tempo.

Optamos, dessa forma, iniciar esta discussão por duas categorias defendidas por Santos (2009, p. 62): a de configuração territorial e as relações sociais, isto é, consequência da ação humana. Santos em sua fala:

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casa, depósitos, portos, fábricas, cidades etc; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica [...] (SANTOS, 2009, p. 62).

Sob esse prisma, a paisagem pode ser, então, entendida como um sistema de objetos e ações que interagem ao longo da história. Citando novamente Santos (2009, p. 72): Para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança, da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso [...], isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida [...]

Outra abordagem repousa em Cruz (2002, p. 107), ao apontar um certo consenso na compreensão da paisagem “como a porção visível do espaço geográfico”. Na classificação da paisagem, a autora se reporta a Dollfus (1991 apud CRUZ, 2002, p. 107) ao se referir às paisagens como reflexo dos espaços, ou, sua “porção aparente”: as paisagens podem ser divididas em três categorias, quais sejam naturais, modificadas e organizadas:

A paisagem natural corresponde a um meio que “tanto podemos saber, não foi submetido, pelo menos em data recente, à ação do homem” (1991). Uma paisagem modificada seria, para o autor, aquela que sofreu, em algum momento, uma transformação provocada pelo homem em função de queimadas ou da prática de atividades pastorais. Já as paisagens organizadas “representam o resultado de uma ação meditada, combinada e contínua sobre o meio natural” (1991 DOLLFUS apud CRUZ, 2002, p. 107-108).

Sobre as características intrínsecas fundamentais da paisagem, Cruz (2002, p. 108) divide-as em três classes, de acordo com uma análise espacial: sua concretude (as formas naturais), sua fixidez no espaço (sua forma-conteúdo e que, assim, fixa-a no espaço) e sua dimensão histórica (o valor simbólico das paisagens muda de acordo com os movimentos sociais).

A respeito das paisagens organizadas, a autora define-as como sendo aquelas criadas pelo turismo, atendendo a projetos motivados para atrações turísticas:

As paisagens artificiais criadas pelo turismo destoam (por vezes, completamente) de seus entornos, tanto no que se refere às características naturais e construídas desses entornos e à

natureza e cultura recriadas por essas paisagens como no que se refere aos seus significados. Essas paisagens são frutos de intervenções planejadas, movidas pelo objetivo único e exclusivo de promover a sua apropriação pela prática social do turismo (CRUZ, 2002, p. 112).

Pires (1999, p. 161), por sua vez, analisa a qualidade intrínseca da paisagem destacando que os elementos perceptíveis fazem parte dos quatro grandes componentes paisagísticos, sendo eles o relevo, a água, a vegetação e as atuações humanas. A esses componentes são associadas propriedades visuais básicas como forma, cor, linha, textura, escala e tempo, que exercem a função de expressão plástica da paisagem quando observada (BOMBIN, 1987 apud PIRES, 1999, p. 165).

Outro olhar sobre a paisagem vem de Macedo (2002, p. 181) ao refletir a respeito das paisagens litorâneas brasileiras, que, no seu entendimento, foram as que passaram por transformações mais radicais: desde os primeiros tempos – da Colônia e Vice-Reinado – a área costeira foi o espaço que se mostrou mais adequado à ocupação humana, abrigando cidades, portos, plantações e servindo de ponte para a exploração e penetração do interior.

Macedo (2002, p. 184) concorda que paisagem possui um conceito amplo – seguindo a mesma linha de pensamento Blanc-Pamard e Raison (1986, v. 8), visto na seção três – e várias acepções que se entrelaçam. O autor concebe a ideia de paisagem “como a expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e configuração de um território e, portanto, da transformação do ambiente em um determinado tempo”.

Desse modo, na visão do autor acima citado, à paisagem se vincula a ideia de habitat, contendo espaços preenchidos por comunidades de seres vivos onde pode haver partes ou o todo de ecossistemas diferentes. O autor aponta, então, três tipos de qualidade para a paisagem, que são:

- a) Ambiental: características do solo, clima e dos ecossistemas² existentes;
- b) Funcional: o funcionamento da sociedade, seus valores sociais e culturais, representados através de seu modo de vida;
- c) Estética: os valores atribuídos por cada comunidade – considerando-se a linha do tempo – aos seus bens culturais, por exemplo, conjuntos arquitetônicos (MACEDO, 2002, p. 185).

A paisagem considerada no domínio da dimensão histórica é analisada por historiadores³ fazendo parte de um sistema cultural no qual a presença de imagens de campos

² Sistema integrado e autofuncionante que consiste em interações dos elementos bióticos [as diversas populações de animais, plantas e bactérias] e abióticos [fatores externos como a água, o sol, o solo, o gelo, o vento], e cujas dimensões podem variar consideravelmente. **Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 2004.

verdejantes exerce influência na visão de mundo de quem os contempla. Segundo Burke (2004, p. 53):

Existem também as paisagens típicas ou simbólicas que representam determinadas nações através da sua vegetação característica, de carvalhos a pinheiros e de palmeiras a eucaliptos. Pode-se medir a importância desse simbolismo pela indignação causada quando a Comissão Britânica de Florestas plantou pinheiros onde haviam crescido árvores sazonais e tradicionais inglesas.

Determinados períodos da história fazem com que a paisagem onde há árvores, campos, rios e rochas remetam a associações, convertendo-se em arquivos da memória:

[...] Consta que os historiadores devem chegar ao passado sempre através de textos, às vezes através de imagens; coisas que colhem, sem nenhum risco, na redoma das convenções acadêmicas; devem olhar, mas não tocar. No entanto, um dos meus professores mais queridos [...], sempre me dizia que era preciso vivenciar um local, usar “o arquivo dos pés”. Meu tema era o mito e a memória da paisagem, e essa imensidão coberta de árvores [...] (SCHAMA, 1996, p. 33-34).

Os olhares que repousam sobre a paisagem, tanto pelo prisma da Geografia através de suas formas concretas quanto pelo prisma de historiadores considerando suas formas simbólicas, nos direcionam para o entendimento de que a paisagem alcançou uma dimensão multidisciplinar que converge ao *status* de arquivos de conhecimentos, tão apropriado para os campos de estudos da Ciência da Informação.

³ Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. A restauração na política e nas artes: a paisagem como discurso da Nação. In: _____. **O sol do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. cap.4, p. 117-131

5 HISTÓRICO DO ARQUIVO FOTOGRÁFICO ILUSTRATIVO DOS TRABALHOS GEOGRÁFICOS DE CAMPO DO IBGE

Após termos apreciado a dimensão conceitual da paisagem, procedemos ao resgate histórico da formação do acervo fotográfico que direciona este estudo, sua organização e análise de conteúdo na atualidade e, nesta oportunidade, abordamos as configurações da paisagem nas regiões Nordeste e Sul.

5.1 OS PRIMEIROS TEMPOS: A FORMAÇÃO DO ARQUIVO

A formação do Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo remete à inauguração do Estado Novo, conjuntamente à outorga da Constituição de 1937, cujo ideal seria concentrar o poder político nas mãos do Presidente da República.

No plano administrativo, o Estado Novo (1937-1945) buscava eficiência e racionalidade, pautando-se na reforma e modernização das instituições públicas. A preocupação em assessorar o governo na execução de políticas públicas levou à criação do IBGE em 1938, sendo o novo órgão ligado diretamente à Presidência da República. O novo governo pretendia ser forte e a centralização trazia a necessidade de instrumentos confiáveis que refletissem melhor as informações sobre população e território. Segundo Penha (1993, p. 18):

No Brasil o processo de centralização, que acompanha nossa evolução política desde o período colonial, adquire um sentido ainda maior na década de 30, em função da política de integração nacional e dos processos de modernização institucional e desenvolvimento econômico-industrial, caracterizam este período.

O contexto político em que figura a criação do novo instituto é marcado pela presença centralizadora e autoritária do Presidente da República, exercida por Getúlio Vargas, que possuía poderes quase ilimitados. A ideologia de centralização do Estado visava ao fortalecimento do poder Executivo, que tinha entre suas metas o projeto modernizador da economia brasileira. A fim de por em prática essa empreitada, conjugava-se a ideia de unidade nacional por meio da integração do quadro territorial brasileiro. Assim, o território traduz-se em sua dimensão política, justificando a criação do novo órgão, que disporia de informações confiáveis dos pontos de vista estatístico e geográfico, atendendo às demandas centrais do projeto idealizado por Getúlio Vargas após a Revolução de 1930 (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, 1973).

Além do levantamento e sistematização de informações territoriais, ou seja, os dados resultantes obtidos através da coleta de informações estatísticas e expedições geográficas, o IBGE atenderia à administração pública nas esferas de atuação jurídica (formulação de leis); tributária; pleitos eleitorais e expansão de riquezas públicas federais, tais como demarcação de terras devolutas pertencentes à União, construção de estradas, aeroportos, entre outros (PENHA, 1993).

Nascido em 29 de maio de 1938, o IBGE tem seu nome de batismo formado pela junção do Conselho Nacional de Estatística, criado em 17 de dezembro de 1936, e do Conselho Nacional de Geografia, criado em 24 de março de 1937, ambos os órgãos deliberativos e deste último resultando a formação do Arquivo Fotográfico dos Trabalhos Geográficos de Campo. A finalidade do Conselho Nacional de Geografia era o melhor conhecimento do território nacional, através da coordenação das atividades geográficas.

Este sentimento político será a base que resultará na criação do CNG, cuja particularidade será de um órgão voltado para a coordenação dos serviços geográficos no país, cabendo-lhe o papel na divulgação geográfica no Brasil.

A atividade fotográfica no IBGE inicia-se em 1939, a partir da criação do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica⁴, criado pelo Decreto-Lei nº 782, de 13 de outubro de 1938 e instalado em 15 de março de 1939, sob a dependência direta do CNG, conforme demonstra. O diretor deste serviço cria nesta repartição um centro de estudos, que integra como um de seus objetivos as excursões, ou trabalho de campo, para realização de estudos geográficos *in loco*: “De cada excursão é feita sempre que possível, uma documentação fotográfica, para a Filmo-Fototeca do Serviço” (BOLETIM GEOGRÁFICO, 1946, p. 1173).

Sobre as excursões, pode-se dizer que entre seus objetivos figurava a execução do trabalho de campo que cabia à Geografia Regional, um dos campos do conhecimento geográfico, cujos projetos se iniciaram nos anos de 1940, encetando os estudos sobre o processo de colonização, ocupação agrária do território e utilização da terra, representando um dos marcos da política do Estado Novo, que visava ao desenvolvimento regional (ALMEIDA, 2000).

O trabalho de campo envolvia estudos sob dois diferentes tipos: a excursão de reconhecimento e a investigação minuciosa. Os geógrafos do CNG se ocupavam do primeiro tipo, que lhes permitia revelar os traços essenciais da região percorrida para estudo e possuía

⁴ Fisiografia vem a ser a descrição da natureza. GUERRA, Antônio Teixeira. **Dicionário geológico-geomorfológico**. 4. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

um itinerário definido consentindo ao pesquisador atravessá-la observando o relevo do ponto de vista físico, e os contrastes de aspectos e transições do ponto de vista humano (RUELLAN, 1943, p. 35).

O reconhecimento do relevo por meio da análise de suas formas elementares, quais sejam os cumes, vales, morros, terraços, cortes de estradas, se constituíam como o primeiro momento, que resultaria em dados precisos indispensáveis de cada itinerário. Na excursão de reconhecimento, o geógrafo deveria possuir os seguintes equipamentos:

- 1º um caderno de notas;
- 2º cartões para desenho;
- 3º uma câmara clara⁵;
- 4º um martelo;
- 5º uma bússola com pínula⁶;
- 6º um nível d'Abney⁷;
- 7º uma máquina fotográfica;
- 8º podômetro⁸ (RUELLAN, 1943, p. 35).

Um relatório final era produzido pelos geógrafos após regressarem dos trabalhos de campo, pois aquela tarefa gerava uma grande quantidade de dados sobre as regiões percorridas, que igualmente resultava num grande número de fotografias, que devidamente legendadas documentavam e ilustravam os estudos que constariam do relatório final. Essas práticas são testemunhadas em comentários publicados na RBG:

Regressando do campo, procederam-se aos trabalhos de gabinete. Grande número de tarefas foi distribuído pelos componentes da expedição, auxiliados por outros técnicos de Divisão de Geografia cálculos de altitudes; localização em mapas, das observações feitas; coleta de dados meteorológicos e organização de gráficos climáticos; extrato dos inquéritos realizados; identificação das fotografias, desenhos de perfis, de cartas e cartogramas etc (GUIMARÃES, 1949, p. 617).

⁵Câmara clara: meio ótico de obter imagens por cópia direta, constituindo-se de um olho de telescópio munido de um prisma, de um jogo de espelho e lente, fixado à extremidade de uma haste imóvel e presa a uma mesa de trabalho. DUBOIS, Philippe. **O Ato fotográfico e outros ensaios**. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

⁶Pínula: peça laminar que serve para fazer alinhamentos. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 1. ed., 5. reimpr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [198-].

⁷Nível d'Aney: nível portátil dotado de um visor telescópio e um arco graduado, usado em levantamentos. **Glossário geofísico**. Disponível em: <sys.sbgf.org.br/portal/index.php/eventos/62-dicionario>. Acesso em: 17 dez 2012.

⁸Podômetro: instrumento de bolso para medir a distância percorrida a pé. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 1. ed., 5. reimpr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [198-].

Desse modo, começa o desenvolvimento deste acervo fotográfico. Àquela época, o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica compunha-se de quatro seções técnicas, sendo a primeira delas a seção de Documentação e Informação, que compreendia os serviços centrais de biblioteca, mapoteca, fototeca e arquivo corográfico, conforme demonstra o Boletim Geográfico (1946, p. 1173):

O Serviço compõe-se de uma diretoria, a que incumbe o controle geral dos trabalhos técnicos e das tarefas de Secretaria do Conselho, e de quatro seções técnicas, a saber: 1ª) Documentação e Informação – compreendendo os serviços centrais de biblioteca, mapoteca, fototeca e arquivo corográfico; 2ª) Carta Geral ao Milionésimo – tendo a seu cargo a execução da carta do Brasil, sob a orientação direta da respectiva Comissão Executiva Central; 3ª) Cartas Regionais e Municipais – incumbindo-lhe os trabalhos parciais e especiais e o preparo do atlas corográfico municipal; 4ª) Estudos Geográficos, Estatísticas Territoriais e Cartografia Estatística – destinando-se a estudos e pesquisas de várias naturezas, inclusive os que dizem respeito mais de perto ao Dicionário Geográfico e Coletânea de Efemérides.

Atendendo às intensas atividades desenvolvidas, em 1943 o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica apresenta nova estrutura, tendo inclusive ampliado suas instalações físicas e passa a se localizar no Edifício Francisco Serrador, na então Praça Getúlio Vargas, ocupando ali dois pavimentos. Anteriormente, encontrava-se no edifício do Silogeu Brasileiro, à Avenida Augusto Severo, número 4. Em virtude da demolição deste prédio, em razão do plano de urbanização do Rio de Janeiro, impunha-se a mudança de sua sede.

Pela nova estrutura, o Serviço passa a compreender uma Diretoria, à qual se subordinam uma Secretaria e quatro Seções Técnicas, sendo a 1ª Seção de Documentação Geográfica, que apresentava quatro setores, a saber: a) Biblioteca; b) Filmo-Fototeca; c) Arquivo Corográfico; d) Dicionário Geográfico Brasileiro. (BOLETIM GEOGRÁFICO, 1947, p. 76)

O conhecimento geográfico visando à organização espacial assume o caráter de instrumento de ação, que se traduz nos planos político, econômico e social, em 1944. Assim:

Em cumprimento do que dispôs a Resolução nº 124, de sua Assembléia Geral, o Conselho continuou a promover em 1944 a realização de expedições científicas ao interior do país, com a finalidade primordial de obter elementos cartográficos para atualização da Carta Geral e recolher material que enriqueça a documentação geográfica disponível. Igual interesse foi dispensado, no período sob exame, às excursões de estudos geográficos destinadas, também, ao recolhimento daquele material e, bem assim, a desenvolver, tanto quanto possível, o espírito de pesquisa dos estudantes e funcionários empenhados em aperfeiçoar-se nos trabalhos de campo. (BOLETIM GEOGRÁFICO, 1947, p. 196-197)

A esta altura, o volume de trabalho atribuído à atividade geográfica através do desenvolvimento de pesquisas e os trabalhos de campo sob a coordenação do Conselho Nacional de Geografia resultam num aumento de documentos produzidos e conseqüentemente na diminuição de espaço para abrigar novos setores, bem como aumento de seu pessoal para a execução da demanda dos trabalhos. Desse modo, decide-se pela Resolução nº 215, de 19 de

novembro de 1945, na aquisição do prédio Iguaçu, à Avenida Beira-Mar, onde até os dias atuais se encontra a Unidade Estadual do IBGE, no Estado do Rio de Janeiro:

Considerando que o desenvolvimento crescente dos serviços conduzirá, nas condições atuais, a uma agravante e progressiva dificuldade de instalação;

Considerando a existência à venda, em condições satisfatórias, de um prédio que oferece requisitos aceitáveis e vem resolver em grande parte as dificuldades atuais e próximas futuras das instalações dos serviços do Conselho:

Resolve:

Art. 1º - Fica o Presidente do Instituto autorizado a providenciar, mediante prévia autorização do Presidente da República, a aquisição do Edifício Iguaçu, situado nesta capital, pelo preço máximo de sete milhões e trezentos mil cruzeiros (Cr\$ 7 300 000,00). (BOLETIM GEOGRÁFICO, 1947, p. 113)

A partir de 1946, o cenário geográfico nacional experimenta uma nova dinâmica com a implantação de novas tecnologias, ou seja, novas máquinas adquiridas nos Estados Unidos, e que por este motivo levará à reestruturação do Laboratório Foto-Cartográfico do Conselho, como atesta a Resolução nº 238, de 3 de abril de 1946:

Considerando que a instalação das novas máquinas adquiridas nos Estados Unidos exige a reestrutura do Laboratório Foto-Cartográfico:

Considerando que a reorganização e ampliação deste Laboratório, além de necessárias, virão beneficiar consideravelmente os trabalhos cartográficos, permitindo a confecção dos clichês para impressão de cartas;

Considerando que a reforma proposta será realizada com os recursos para 1946;

Resolve:

Art. 1º - O Laboratório Foto-Cartográfico compreenderá cinco (5) setores, a saber: Foto-Cartografia, Foto-Litografia, Fotografia, Composição de Tipos e Cinematografia Aplicada. (BOLETIM GEOGRÁFICO, 1946, p. 932)

As pesquisas de campo empreendidas pelos geógrafos do IBGE têm seu ponto alto entre o início dos anos 1940 e final dos anos 1950, cabendo destacar que no começo dos anos 1950, imediatamente ao pós-guerra, foram contratados três fotógrafos de origem húngara⁹, que se somavam às excursões. Eram eles Tibor Jablonski, Tomas Somlo e Stivan Faludi (ABRANTES, 2000). Outros fotógrafos compunham o corpo técnico do CNG, e tal qual os fotógrafos húngaros, também acompanhavam os geógrafos durante as excursões, figurando Gilson Costa, Rubens Moreno Mazzola, Wilson de Souza Aranha, José Joaquim de Souza, Hermondino Chagas, P. Santos Cruz e Nelson Sépula.

Com um novo e maior aparato tecnológico dando oportunidade ao incremento de suas pesquisas e continuidade às excursões de campo, não seria de se estranhar que as atribuições dos setores do Conselho, bem como de sua organização administrativa, comportassem novamente uma nova atualização. Sendo assim, a Assembleia Geral do Conselho, através da

⁹ Em entrevista concedida a Vera Lucia Cortes Abrantes, em 30 de maio de 1999, Henrique de Azevedo Sant'Anna, geógrafo, relata que até os anos de 1950, os geógrafos também desempenhavam a função de fotógrafo e que nem todas as excursões eram fotografadas (SANT'ANNA, 1999 apud ABRANTES, 2000).

Resolução nº 235, de 22 de julho de 1948, baixa instruções atualizando a organização de sua Secretaria Geral, composta pelos órgãos consultivos e executivos. Fazem parte dos órgãos executivos, entre outros, a Seção de Documentação “que tem por fim coletar e reunir documentação de interesse geográfico, formando a Biblioteca, o Arquivo Corográfico Brasileiro e Fototeca, Filmoteca, o Dicionário Geográfico e o Museu Paisagístico do Conselho”. (RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, nºs 1 a 320 - 1937/1950, 1951).

Acompanhando mais esta trajetória, também em 1948, pela Resolução nº 236 de 22 de julho, a Assembleia Geral do Conselho, usando de suas atribuições, atualiza a organização do Serviço de Geografia e Cartografia, que através de seus órgãos executivos, passa a compreender além da Divisão de Geografia, a Divisão de Cartografia, que dispõe de doze seções, estando entre elas a Seção de Reproduções e Laboratório Fotocartográfico “destinada aos trabalhos de reprodução de mapas e fotografias e de multilite” e da Seção de Documentação Cartográfica, “destinada a coletar a necessária documentação de caráter cartográfico, inclusive os positivos de fotografias aéreas.” (RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, nºs 1-320 - 1937/1950, 1951).

Em 1950, a Secretaria Geral do Conselho já está ocupando o Edifício Iguaçu, à Avenida Beira Mar, nº 436. Nesta ocasião, mais uma vez, a Secretaria Geral recebe nova organização, deliberada pelo Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, que resolve sobre os órgãos executivos da Secretaria Geral e decide que a Divisão de Cartografia compreende, entre outras, a Seção de Documentação Cartográfica “composta dos Setores de Prontuário, de Mapoteca e de Fototeca”. Com relação à Divisão de Documentação, esta passa a ser denominada Divisão de Documentação e Divulgação, que inclui a Seção Cultural “composta dos Setores de Assistência ao Ensino, de Cursos e Conferências e de Fotografia e Cinema”. (RESOLUÇÃO DO DIRETÓRIO CENTRAL DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, nºs 356- 376, 1950, p. 27-28).

Antecedendo um evento de grande importância para a Geografia brasileira que foi o XVIII Congresso Internacional de Geografia, promovido pela União Geográfica Internacional, em 1956, ocorre, em 1954, mais uma nova organização dada à Secretaria Geral, fixada pela Assembleia Geral do Conselho, através da Resolução nº 440, de 12 de julho de 1954, que resolve: são órgãos executivos o Gabinete do Secretário Geral, que compreende, entre outros, o Setor de Fotografia e Cinema; a Divisão de Cartografia, que engloba, entre outras, a Seção de Documentação Cartográfica, com os setores de Prontuário, Mapoteca,

Arquivo Fotográfico e Setor de Divisão Territorial. (RESOLUÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, XI SESSÃO ORDINÁRIA, nºs 321-365, 1954, p. 16-19).

A expansão do planejamento econômico e social sentidas nas esferas de governo e no setor privado aponta para a demanda de informações estatístico-geográficas, que assegurem a implantação de políticas públicas apropriadas aos interesses da vida nacional. Assim, pelo Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, a autarquia IBGE passa à condição de Fundação, experimentando mudanças em sua estrutura, que vão levar à extinção do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional de Estatística. A partir daí, o Conselho Diretor, órgão colegiado, passa a ter a função de dirigir a Fundação.

Em 1969, pela Resolução nº 138, de 28 de maio, o Conselho Diretor:

[...] considerando que a experiência de funcionamento da Divisão Cultural do extinto Conselho Nacional de Geografia, durante muitos anos, recomenda a efetivação de modificações estruturais que atualizem e racionalizem o funcionamento dos órgãos responsáveis pela documentação e divulgação dos trabalhos geográficos e cartográficos; e considerando a necessidade de adoção de novos processos metodológicos com vistas ao aperfeiçoamento do pessoal técnico, ao emprego racional da documentação e da difusão das atividades geográficas e cartográficas, Resolve:

Art. 1º - Fica criado (...) o Departamento de Documentação e divulgação Geográfica e Cartográfica – DEDIGEO – diretamente subordinado ao Diretor-Superintendente.

Art. 2º - O DEDIGEO terá a seguinte organização:

I – Direção

a – Laboratório de Fotografia

b – Museu de Geografia

II – Divisão de Sistematização da Informação

a – Biblioteca

1 – Seção de Processamento

2 – Seção de Aquisição e Intercâmbio

3 – Seção de Referência e Circulação

b – Arquivo

c – Mapoteca

d – Fototeca (RESOLUÇÕES DO CONSELHO DIRETOR DO IBGE,

1-9, 1969, p. 115).

Em fins dos anos 1970, a estrutura administrativa da Fundação IBGE resulta em mais uma modificação pondo fim ao Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, deixando o arquivo fotográfico sob a responsabilidade do Laboratório de Fotografia do Departamento de Geografia, segundo Sant'Anna (1999 apud ABRANTES, 2000, f. 73).

Por ocasião do cinquentenário do IBGE, em 1986, foi organizada a exposição “IBGE: 50 anos produzindo informação”, que apresentou cada fase da evolução histórica da Instituição, reunindo toda massa documental produzida ao longo de sua existência. Finalizada a exposição, a Diretoria de Geociências do IBGE doou ao Setor de Memória Institucional (ABRANTES, 2000, f. 73), subordinado à Gerência de Bibliotecas e Acervos Especiais

(GEBIS), o Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo, que se encontra, desde 1986, sob a guarda desta Gerência e subordinada ao Centro de Documentação e Disseminação de Informações, estando fisicamente acondicionado na Biblioteca Central do IBGE, no bairro do Maracanã, RJ.

5.2 O CENÁRIO ATUAL: A ORGANIZAÇÃO E A ANÁLISE DOCUMENTÁRIA DO ACERVO

O Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo é composto por, aproximadamente, vinte mil fotografias, que estão organizadas de acordo com o número de negativo que as geraram e acompanha a divisão territorial do Brasil.

A este respeito vale mencionar que o quadro da divisão regional do Brasil, em diferentes épocas e fixado para fins práticos, apresentou recortes regionais diferentes do quadro atual, pois refletia o pensamento geográfico à luz das transformações da sociedade em que pesava a ação do homem sobre a natureza (MAGNANO, 1995).

É no limiar do século XX que a divisão regional do Brasil em cinco regiões começa a ser desenhada sob a influência de Delgado de Carvalho, cujo estudo ancorava-se no conceito de região natural, no qual os elementos físicos tais como relevo, clima e vegetação interessam na demarcação das regiões. Em 1913, Delgado de Carvalho apresentava a seguinte divisão: Brasil Amazônico ou Setentrional; Brasil Norte-Oriental; Brasil Oriental (Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro); Brasil Meridional (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e Brasil Central (Goiás e Mato Grosso) (DOMINGUES, 1962).

No esteio de uma reorientação do espaço territorial articulado com o Estado Novo (PENHA, 1993), após a criação do IBGE a configuração regional assume caráter oficial estabelecida pela Resolução nº 72, de 14 de julho de 1941, através da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia, respeitando os fatores da Geografia física e da Geografia humana, agrupados em elementos territoriais homogêneos, os quais refletiam as condições de seu meio ambiente proporcionando a ideia de estabilidade por se pautar em fatores naturais e muito se assemelhava à divisão proposta, em 1913, por Delgado de Carvalho (MAGNANO, 1995).

Como resultado, a fixação do quadro de divisão regional do Brasil levou em consideração o agrupamento de unidades federadas ligadas por ocorrências geográficas dominantes e características comuns, formando conjuntos peculiares e preponderantes foi assim definido:

1. Região Norte, com o território do Acre e os Estados do Amazonas e Pará;
2. Região Nordeste, compreendendo duas partes: o Nordeste ocidental, com os Estados do Maranhão e Piauí; e o Nordeste Oriental, com os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;
3. Região Leste, compreendendo duas partes: o Leste Setentrional, com os Estados de Sergipe e Bahia; e o Leste Meridional, com os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal;
4. Região Sul, com os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
5. Região Centro-Oeste, com os Estados de Goiás e Mato Grosso.

Em fins da década de 1960, foram iniciados os estudos para revisão da Divisão Regional em decorrência das transformações socioeconômicas ocorridas no espaço nacional¹⁰, atendendo novas tendências voltadas à questão do planejamento inseridas num diferente contexto político. Em virtude dessas transformações, as regiões apresentam uma nova divisão: Norte: estados do Amazonas, Pará, Acre e territórios federais do Amapá, Rondônia e Roraima; Nordeste: estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e território federal de Fernando de Noronha; Sudeste: estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo; Sul: estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Centro-Oeste: estados do Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.

Voltando às questões da organização e análise do acervo, a necessidade de estudos sistemáticos sobre o território nacional deu início à atividade fotográfica na Instituição, cujo objetivo era a realização de estudos *in loco*, dando origem a uma documentação fotográfica que reflete as características e peculiaridades de cada região do Brasil, transformando-se num acervo que resgata aspectos da Geografia física e humana da nossa terra. Em lembretes dispostos ao longo dos volumes do Boletim Geográfico [do IBGE], a fotografia assume seu *status* de documento geográfico, onde se lê: “A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas”.

¹⁰ **Evolução da divisão territorial do Brasil: 1872-2010.** Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, 2010.

As fotografias retratam as pesquisas de campo, fruto das expedições dos geógrafos e técnicos, entre estes os fotógrafos, que acompanhavam aquelas expedições científicas. Fotografias do acervo também ilustram publicações editadas pelo IBGE e *slides* para exibição nos cursos de aperfeiçoamento para professores de Geografia (ABRANTES, 2010).

A não continuidade no desenvolvimento do acervo está relacionada à introdução, no início dos anos 1960, de novas tecnologias de aparelhos dotados de alta precisão empregados na aplicação do método de estudo dos geógrafos e cartógrafos, que exigia rigor na especialização da análise da paisagem, retratando os elementos que a compõem.

Em artigo do Professor Linton Ferreira de Barros, publicado no jornal O Imparcial, de Presidente Prudente, em 22 de julho de 1962, e reproduzido no Boletim Geográfico [do IBGE], lemos:

Com o progresso da aviação fornecendo aeronaves com maior estabilidade de vôo, [sic] com o enorme desenvolvimento da óptica [sic] permitindo a confecção de câmeras fotográficas especiais, com capacidade de fotografar maior campo sem deformações de imagem e o avanço progressivo da ciência eletrônica permitindo controle [sic] de aparelhagem e operações mais rápidas e automáticas o homem vem podendo fotografar do alto [...]. As fotografias assim obtidas são chamadas de fotografias aéreas.

No Brasil, a aerofotogrametria já se encontra bem desenvolvida, contando com excelentes empresas particulares e órgãos governamentais entre os quais Cruzeiro do Sul S/A, Prospec Levantamentos Aerofotogramétricos e Prospecções S/A, Aerofoto Natividade Limitada, Vasp Aerofotogrametria S/A, Serviço Geográfico do Exército, Conselho Nacional de Geografia [...] etc (BARROS, 1964, p. 109).

Desde fins da década de 1980, o Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo se encontra na Biblioteca Central do IBGE, sob a guarda da Gerência de Bibliotecas e Acervos Especiais¹¹, e fisicamente localizado no Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI), no bairro do Maracanã, a partir dos anos de 1990.

No que concerne à sua análise de conteúdo para fins de indexação e posterior identificação para recuperação e uso, a imagem fotográfica é analisada como um todo se extraindo dela informações sobre solo, relevo, vegetação, atividades agrícolas e econômicas, arquitetura, objetos, eventos e localização geográfica, tal como a identificação do estado brasileiro e o nome do município.

Feita a análise de conteúdo, as fotografias são indexadas com termos extraídos de lista de cabeçalhos de assunto autorizados do Catálogo de Terminologia da Biblioteca Nacional. A padronização dos nomes geográficos segue as normas para indexação de nomes geográficos baseadas no trabalho de Maroun e Neves (1996), como também aquelas apresentadas no

¹¹ Nesta pesquisa não entraremos no mérito sobre a adequação do uso da expressão “Acervos Especiais”.

capítulo 23 do Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição, o AACR2. Outra fonte adotada para grafia dos nomes de municípios brasileiros vem a ser a Divisão Territorial do Brasil, cuja responsabilidade cabe ao IBGE. Esta fonte arrola todos os municípios brasileiros, fornecendo as alterações toponímicas ocorridas e seu histórico, podendo ser consultada também por usuários externos, no portal do IBGE, acessando-se o link Cidades@, através de seu banco de dados.

Diante da necessidade de acompanhar as novas tecnologias de informação e assim disponibilizar as informações dos acervos, foi criado pela Gerência de Bibliotecas e Acervos Especiais juntamente com a Gerência On-Line, o Sistema Infobib a fim de possibilitar a entrada dos dados. Concluídas as fases do tratamento técnico deste material, as fotografias são digitalizadas em formato JPG e disponibilizadas na página da biblioteca através do portal do IBGE.

O sistema de entrada de dados fornece um número de registro para cada fotografia, tendo em vista que a documentação não é considerada como um fundo¹², mas recebe o agrupamento de coleção. Na recuperação física, no entanto, serve como orientação o número do negativo ao qual pertence à fotografia. A função do número de registro é auxiliar na recuperação da imagem digitalizada, já que estes arquivos digitais são ordenados pelo número atribuído pelo Sistema Infobib, antecedido pela sigla do estado.

As imagens analisadas são cópias de contato¹³ afixadas em papel cartonado, como dissemos anteriormente, organizadas pelo número de negativo em ordem numérica crescente. Exemplificando:

¹²Um fundo pode ser descrito como um todo numa única descrição ou representado como um todo. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. p. 2.

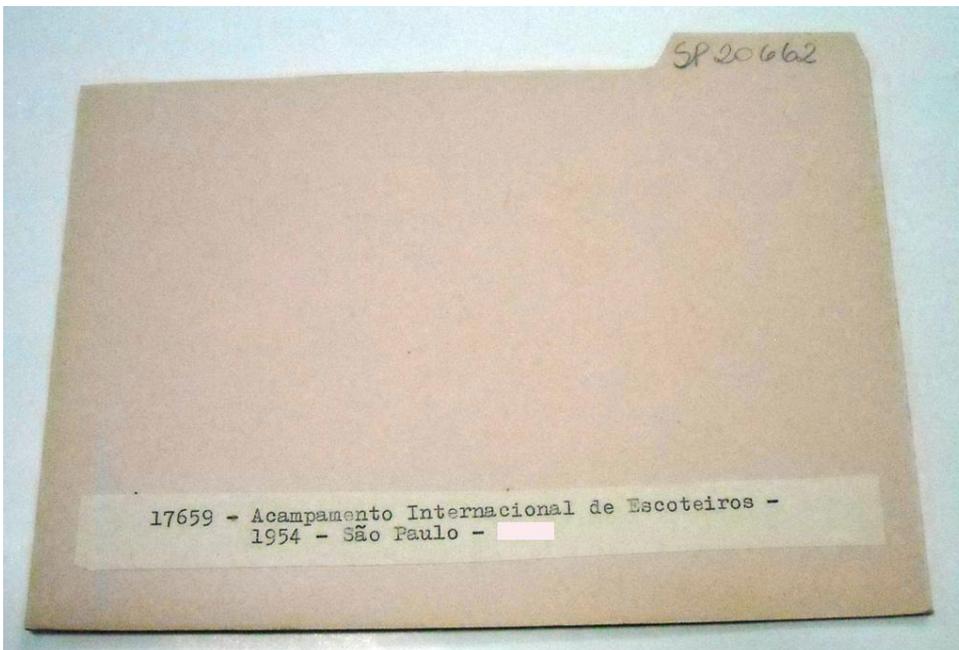
¹³Cópia de contato é aquela feita sem o aumento da proporção do negativo original, sendo útil para a escolha da imagem que será ampliada.

Figura 1 – Acampamento Internacional de Escoteiros. São Paulo, 1954



Fonte – Acervo IBGE

Figura 2 – Verso do papel cartonado contendo a cópia de contato da fotografia. Acampamento Internacional de Escoteiros. São Paulo, 1954



Fonte – Acervo IBGE

Abaixo fornecemos um exemplo da descrição física parcial – na planilha de anotações são informados os nomes do(a) geógrafo(a), bem como o nome do fotógrafo que acompanhou a expedição, mais o número do negativo – e de conteúdo de uma fotografia do acervo, disponível no sistema Infobib e disponibilizada no portal do IBGE.

Fotografias

Informações sobre a fotografia

Registro:	20662
Título:	Acampamento Internacional de Escoteiros
Exemplares:	01
Descrição Física:	1 fot. : neg., p&b.
Visualização:	SP20662.jpg
Assunto(s):	1. União dos Escoteiros do Brasil 2. Escoteiros - São Paulo (Estado) 3. Escotismo - São Paulo (Estado) 4. São Paulo (Estado)

Como pode ser visto, à análise da imagem são atribuídos cabeçalhos de nomes tópicos ou entidades seguidas de subcabeçalhos geográficos retirados do catálogo de controle de autoridades e assuntos da Biblioteca Nacional, disponível *on-line*, através do *site* www.catalogos.bn.br, quando é o caso. No campo destinado à visualização, informa-se o

número de registro seguido da sigla do Estado a que pertence, permitindo aos usuários, tanto internos como externos, a visualização da imagem.

No que diz respeito aos usuários externos do sistema, para utilização das imagens, mediante solicitação prévia, as fotografias atendem a diversos propósitos, desde ilustrar livros didáticos de Geografia ou figurar em pesquisas retrospectivas. Quanto aos usuários internos, as imagens podem subsidiar as atividades do setor de Memória Institucional ou a Coordenação de Marketing, no desenvolvimento de projetos institucionais para divulgação interna ou para o público em geral, cujo enfoque seja a recuperação da memória da instituição e social.

5.3 A PAISAGEM NAS FOTOGRAFIAS DO ACERVO

A Escola Clássica da Geografia compreendida entre os anos de 1930 e 1950, parte deste período também abrangido pelas fotografias que compõem este Acervo, objeto da nossa pesquisa, empregava como um dos métodos e procedimentos técnicos adotados por geógrafos agrários¹⁴ o estudo da paisagem, como observa Diniz (1984 apud Alves, 2009), que em artigo, por meio de levantamento bibliográfico nos periódicos Boletim Geográfico e Revista Brasileira de Geografia, ambos editados pelo Conselho Nacional de Geografia, e no Boletim Paulista de Geografia, busca definição dos métodos e procedimentos técnicos adotados por geógrafos agrários a fim de resgatar a história do pensamento geográfico.

Cabe aqui registrar que o Boletim Geográfico [do IBGE] e a Revista Brasileira de Geografia, ambos de responsabilidade do Conselho Nacional de Geografia, tendo o primeiro surgido em 23 de julho de 1941, compunha-se além de editoriais e informações referentes a assuntos culturais, divulgava assuntos relativos ao aparelhamento administrativo do país em matéria de pesquisa geográfica. Quanto à Revista Brasileira de Geografia, criada em 12 de julho de 1938, iniciava-se para divulgação periódica de assuntos relacionados ao território brasileiro.

¹⁴ O grupo de geógrafos agrários do IBGE se dedicou ao estudo da estrutura fundiária no Brasil, incluindo a dimensão da propriedade agrária para diversos contextos de análise; as particularidades regionais; os fatores geográficos determinantes da exploração rural; a capacidade do trabalho na terra em assegurar sustento às famílias de colonos e o sistema agrícola aplicado pelos lavradores no cultivo da terra, entre outros. ADAS, Sérgio. **O campo do geógrafo: colonização e agricultura** na obra de Orlando Valverde (1917-1964), volume 1. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, 2006. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04062007/pt-br.php. Acesso em: 10 jul. 2012.

A inauguração do primeiro número da RBG, em janeiro de 1939, com a qual o CNG inicia a divulgação periódica dos assuntos relativos ao conhecimento do território nacional, sendo essa a essência de sua finalidade, testemunha-se pela Resolução nº 18 de 12 de julho de 1938, da Assembleia Geral do CNG, que dá provimento à publicação da RBG, na qual considera – entre outras atribuições – que será o meio de difusão da metodologia geográfica moderna pelo exercício da observação explicando os fenômenos da superfície, segundo seus aspectos peculiares (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1939).

A Revista, como órgão de difusão do Conselho, tem por finalidade divulgar os conhecimentos geográficos. Entre seus objetivos principais figuram, além de disseminação do conhecimento do território brasileiro e da metodologia empregada à Geografia moderna, a propagação da metodologia do ensino da Geografia e dos conhecimentos da ciência geográfica e ciências correlatas.

Em suas páginas também se noticiavam os fatos relativos às atividades do Conselho, dando a conhecer a atividade geográfica no Brasil, à qual se procedia através de seu corpo técnico, do qual participavam os geógrafos. Na execução das atividades geográficas se incluem os trabalhos de campo ou expedições científicas, integradas por diferentes profissionais – além dos geógrafos – tais como topógrafos, geodestas, engenheiros, fotógrafos, entre outros, que desenvolviam diferentes estudos relacionados ao devassamento de território nacional.

As expedições estão noticiadas na RBG ou mesmo no Boletim Geográfico [do IBGE], figurando aquelas pertinentes às regiões Nordeste e Sul, entre as quais se destacam os estudos de interpretação geográfica da Região Nordeste (RBG, 1947; 1955; 1957); Excursão de estudos de geografia regional aos estados do Paraná e Santa Catarina (BOLETIM GEOGRÁFICO [DO IBGE], 1945; RBG, 1953); viagem de estudos ao Rio Grande do Sul para compor um plano geral sobre a colonização de imigrantes (1948); Atlas de Colonização do Brasil (RBG, 1953; BOLETIM GEOGRÁFICO [DO IBGE], 1956).

Em sua totalidade, muitas foram as excursões de trabalhos de campo empreendidas pelos geógrafos, contabilizando 170 (cento e setenta) entre as décadas de 1940 e 1960 e que geraram inúmeros trabalhos escritos por seus participantes publicados na RBG, no Boletim Geográfico e em outras publicações do IBGE, destacando-se importantes projetos que se desenvolveram no território brasileiro, conforme observa Almeida (2000, f. 209):

Grandes projetos como a localização do novo Distrito Federal no interior do país, a Carta do Brasil ao milionésimo, as determinações de fronteiras estaduais, os estudos sobre o relevo do território, os programas de colonização dirigida, o monitoramento do processo de ocupação humana do território, os estudos de acompanhamento da agricultura e pecuária, os projetos de dimensionamento das bacias hidrográficas, o entendimento dos grandes padrões espaciais da

cobertura vegetal nativa, os estudos para subsidiar os diferentes modelos de regionalização, o acompanhamento da industrialização e da urbanização, além dos trabalhos de divulgação da Geografia, como foi o projeto da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros ou as coleções da Geografia do Brasil e os diversos Atlas que foram editados. Esses foram alguns dos resultados desses trabalhos de campo, retratados nos documentos oficiais do IBGE e em alguns casos, em documentação de outros órgãos federais e estaduais.

Para Alves (2009), é a partir do século XX que se inicia o período científico na Geografia e a busca pelo método ideal nos estudos de Geografia Agrária, que será influenciada pela escola francesa de Vidal De La Blache¹⁵ na tentativa de compreender os diferentes gêneros de vida e os habitat rurais.

Sobre o conceito e o método da Geografia, Pereira (1943, p. 1480) reflete:

A noção de paisagem em geografia aparece como o objeto [sic] de evitar o extravio na pletera de ciências geográficas objetivas, e ainda, a penetração indébita nas esferas não geográficas através de considerações geofísicas e culturais. ‘O geógrafo deve ter olho sintético; deve ver em bloco’, disse W. Rossier. Preocupando-se de preferência, com as diversidades da superfície, estabelecendo semelhança e contrastes dos seus aspectos mais salientes, o geógrafo deve deter-se na análise da paisagem entendida como uma parte do espaço que - se me permitem dizer - forma em si um todo completo. Nesse sentido a geografia é a análise da paisagem, como acentuou Vidal De La Bache. [...] Como ciência de observação, ensina a “ver”, o que é precisamente o mais importante, o que é típico, traçando uma espécie de fundamento do quadro geográfico, a paisagem clássica, a casa típica, a vida profunda, a beleza íntima.

Os métodos científicos de pesquisa geográfica empregados no trabalho dos geógrafos do CNG apoiavam-se em três pilares (RUELLAN, 1943, p. 55): o trabalho de gabinete, as análises em laboratório e os estudos feitos no terreno. O trabalho de gabinete consistia em pesquisas de arquivos e bibliotecas através da análise de documentos bibliográficos; gravuras, esboços, perfis de costas e fotografias com valor documentário, auxiliando os geógrafos no estudo crítico que os conduzissem a comentários explicativos e, posteriormente, a conclusões. O trabalho de gabinete proporcionava aos geógrafos a possibilidade de verificação e comparação da descrição da paisagem.

Quanto ao trabalho de laboratório, este se caracterizava pela aplicação de exames com lentes e microscópio na análise dos diferentes estados de desagregação e decomposição de rochas, as formas do terreno e o estudo dos sedimentos, cujos dados após análise ajudariam na interpretação construtiva da paisagem.

Mas era essencialmente no terreno que os geógrafos atuavam, procedendo à observação do conjunto paisagístico, cuja finalidade era descrever o próprio lugar para definir suas formas e relações, conforme postula Ruellan:

Depois penetrar cada vez mais nas minúcias [...] procurando as relações com as formas do terreno, examinar o leito menor e maior dos rios, informar-se sobre as inundações, analisar cuidadosamente as formas de erosão e de sedimentação marinha, interrogar sobre os tipos de

¹⁵ Paul Vidal de La Blache (1845-1918), geógrafo francês, é o fundador de École Française de Géographie e considerado o fundador da Geografia francesa e da Escola Francesa de Geopolítica. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

tempo, definir as associações vegetais, os tipos de cultura, desenhar esboços de utilização do terreno, estudar as formas das fazendas e dos povoados [...], as formas da propriedade privada e de exploração, as relações comerciais locais e regionais, os movimentos de população (RUELLAN, 1943, p. 55).

Este trabalho minucioso, respaldado pelo método científico delineando o pensamento geográfico, norteava o olhar que interpretaria com rigor a paisagem produzindo, desse modo, pesquisas à luz da crítica científica que possibilitam a sua comprovação por meio das fotografias deste acervo.

Contextualizando a noção de paisagem ao conceito apresentado por Pereira (1943), podemos exemplificar por meio de fotografia selecionada que se confirma numa paisagem típica da Região Sul, aquilo que é característica daquela paisagem no campo, vista na construção de madeira e acentuada pelo modo de vida rural.

Figura 3 – Casa de colono de origem italiana no município de Xaxim (SC). 1965



Fonte – Acervo IBGE

Também sobre a paisagem, em junho de 1952, na Revista Brasileira de Geografia, em seu segundo número, entre os artigos publicados, inclui-se “Estudo comparativo de alguns solos típicos do planalto central brasileiro”, de autoria de Moacir Pavageau, que, em expedição à Região Centro-Oeste com o objetivo de coletar dados que permitissem orientar tecnicamente o estabelecimento de novas colônias agrícolas, escreve:

Além do aspecto utilitário da viagem, sobressaía o interesse eminentemente cultural, de trazer mais uma contribuição à geografia regional brasileira, que o Conselho Nacional de Geografia

vem fielmente retratando através do trabalho criterioso de seus geógrafos, sempre orientados em fazer geografia no campo, pela observação direta das paisagens, dando-lhes interpretação real dos fatos, após a avaliação desapaixonada dos dados obtidos. (PAVAGEAU, 1952, p. 128)

A respeito da paisagem observada pelo geógrafo Pavageau, podemos exemplificar com a fotografia de mulheres colhendo café, na colônia agrícola de Ceres, em Goiás.

Figura 4 – Colônia agrícola de Ceres: mulheres na colheita de café (GO). [196-?]



Fonte – Acervo IBGE

A coleta de dados empreendida pelos geógrafos por meio do método da observação da paisagem e registrada nas fotografias do acervo, mostra-nos que as imagens capturadas, exemplificadas acima nas figuras 3 e 4, proporcionam uma leitura da realidade que contribui, através da análise da paisagem, para as representações que exprimem as práticas sociais localizadas num determinado espaço e período de tempo que pertencentes a um contexto sociocultural reavivam a memória da vida rural que se desenrola nas regiões Nordeste e Sul (SCHAMA, 1996; MAUAD, 1996; KOSSOY, 2009).

5.4 AS REGIÕES NORDESTE E SUL

Reconstituindo o histórico da evolução conceitual de região e a delimitação de suas áreas estudadas pelos geógrafos no passado vê-se, pelos apontamentos de Alfredo José Porto Domingues (1962, p. 97-98), que os primeiros esboços para a divisão física dos lugares aconteceu na França por conta da Revolução Francesa, onde uma divisão em regiões físicas eliminaria as marcas deixadas pela realeza e facilitaria os trabalhos de estatística a fim de se conhecer melhor a realidade daquele país. Partindo da descrição física do território, os geógrafos franceses reconheceram as regiões de Cevénnes, os Voges, os Corbières, o Morvan, o Delta do Ródano, entre outras, identificadas de acordo com fatores físicos particulares. Daí em diante, despertou-se o interesse pelo conhecimento das regiões naturais, que viria apoiar mais tarde as divisões políticas daquelas áreas.

A Geografia, no intuito de caracterizar as regiões, considera um conjunto de impressões tais como o relevo, o solo, o clima e a vegetação como elementos que determinam uma região, sendo o fator mais decisivo o clima, bastando alguns centímetros de chuva, a mais ou a menos, para que se constitua uma região florestal, fértil ou desértica, segundo Domingues (1962).

Nos estudos para uma divisão regional do Brasil, muitas foram as propostas apresentadas a partir de 1889, como destaca Domingues (1962), até se chegar àquela adotada após a criação do IBGE e, posteriormente, do CNG, a partir da Resolução nº 72, de 14 de julho de 1941, através da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia, com o agrupamento de cinco grandes regiões, a saber: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste.

Interessa-nos examinar as características gerais das regiões Nordeste e Sul, focalizando os aspectos naturais e humanos. Iniciando pelo Nordeste, a vegetação típica é a caatinga, que além dos campos cerrados apresenta em sua paisagem o babaçu, como reflexo do solo e do clima:

O revestimento florístico se traduz, a noroeste, pela floresta equatorial e, no litoral, pelos tipos peculiares dos desenvolvidos nas restingas e pelos manguezais. Os campos cerrados estendem-se pelo nordeste do Piauí enquanto, a caatinga, refletindo melhor a natureza do solo e clima, é mais frequente a sudeste, devendo ser acrescentadas também, as matas ciliares, os campos inundáveis do golfão Maranhense e os babaçuais. Estes últimos, embora não caracterizem toda a região, constituem o grande elemento da paisagem, em larga extensão do Meio-Norte (ALMEIDA, 1960, p. 52).

Evidencia-se nos estados do Maranhão e Piauí, o Nordeste Ocidental, o predomínio de uma população rural, cuja composição étnica resultou da miscigenação entre europeus e negros africanos e indígenas, entre os quais Tupis e Gês. A economia do Nordeste ocidental

encontra na coleta do coco do babaçu e da cera de carnaúba o meio de vida da população rural, conforme observam Guerra e Carvalho (1960).

O Nordeste Oriental, abrangido pelos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, é individualizado nesta região em decorrência do clima, pois aí se observa um desequilíbrio no regime de chuvas. A faixa litorânea apresenta boa pluviosidade, enquanto que no interior, o sertão, ocorre a falta de chuva. Desse modo, analisa Mascarenhas (1960, p. 57): “O clima vai influir nos processos morfogenéticos da região, na vegetação, no regime dos rios e na própria vida humana, que apresenta profundas diferenças entre a da área litorânea e a sertaneja”.

Sob os critérios fisiográfico e biogeográfico, Melo (1962) analisa o Nordeste contemplando o aspecto climático e a vegetação, que irão influenciar em sua estrutura econômica, dividindo-o em úmido, semiúmido e seco. O Nordeste úmido é abrangido pelos estados de Sergipe e Bahia, que possui flutuações térmicas de pequena amplitude com chuvas de outono-inverno que vão de março a abril e de agosto a setembro, favorecendo o cultivo da cana-de-açúcar, conforme relata:

Nessa faixa de terra, a agricultura canavieira constitui a forma dominante de uso do solo e aproveitamento de recursos. Em consequência, é a agroindústria açucareira a grande responsável pela organização do espaço produtivo, pela estrutura econômica, pela repartição do efetivo humano e pelas condições sociais existentes na região (MELO, 1962, p. 510).

O Nordeste semiúmido estende-se do Rio Grande do Norte até o estado de Alagoas, sendo considerada “região Agrestina” (MELO, 1962), cujo fator principal é o clima incidindo no regime de chuvas, onde a distribuição é escassa: “A essa condição climática corresponde a vegetação de caatinga dominante na região assim como as combinações agrícolas que tomam o lugar desse tipo de associação vegetal” (MELO, 1962, p. 521).

A faixa de terra que cobre o Nordeste seco apresenta baixo povoamento e clima semiárido. Alarga-se para o estado do Piauí, estendendo-se do litoral setentrional dos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, avançando até o centro do estado da Bahia (MELO, 1962, p. 530). Em seu estudo sobre o Nordeste Melo ainda aponta:

O fator climático, mais uma vez, está na base desses sistemas. No Nordeste inteiro, aliás, a constituição das combinações de plantas e animais das grandes zonas climáticas: no agreste, onde o clima não mais permite o uso canavieiro do solo, a cana-de-açúcar cede lugar à policultura; nos sertões, onde o clima não mais permite a policultura, esta cede lugar ao criatório acompanhado variavelmente pelo algodão xerófito e, em baixa escala, pelas pequenas lavouras alimentares (MELO, 1962, p. 531).

Sendo assim, a vegetação típica do sertão é a caatinga e, com relação à sua população, verifica-se uma baixa densidade demográfica, onde o homem procura se fixar às margens de brejos, pois as atividades da agricultura e pecuária são facilitadas pela presença da água dos rios. No Nordeste, quase não se presenciou a imigração estrangeira, sendo seu grupo étnico formado pelo encontro das raças branca, negra e o indígena. O aproveitamento da terra na região Nordeste, que se apresenta com um solo raso condicionado pelo clima, proporciona pouco rendimento face ao Brasil meridional, sendo esta, também, uma das razões em não atrair correntes de imigração estrangeira (BARROS, 1949, p. 415).

O estado de Pernambuco, no Nordeste Oriental, destaca-se pela presença da cultura de cana-de-açúcar introduzida nesta parte da região quando se iniciou sua colonização pelos portugueses, em 1552. O incremento da economia açucareira deveu-se às características da terra, bem como à proximidade da mata tropical litorânea no fornecimento de madeira para as fornalhas, que expandiu a economia açucareira na região trazendo a necessidade da presença do gado para os engenhos, que servia tanto para os trabalhos quanto meio de transporte da cana, resultando num número elevado que acabaria por comprometer o cultivo da cana-de-açúcar, transformando-se num problema para o governo português, que o levaria a proibir a criação de gado nas zonas litorâneas. A criação de gado é estendida, então, para o interior, fixando o homem no sertão já que a caatinga não servia para a plantação. Assim, o gado desempenhou o papel de ligação entre o litoral e o sertão, e o seu distanciamento da economia açucareira fez surgir uma nova atividade econômica na região nordestina, que vem a ser a pecuária (MASCARENHAS, 1960, p. 74).

A nova atividade econômica deu lugar aos currais, que foram se expandindo e ocupando todo o Nordeste, sendo nas vizinhanças do São Francisco o local no qual poderiam ser encontrados em maior número, influenciando até mesmo o nome de rios como acontece com o Rio dos Currais, que originou-se da atividade pecuária praticada naquela área (MASCARENHAS, 1960).

Passemos agora ao Brasil Meridional, formado pelos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conforme a divisão regional oficial adotada pelo CNG para a Região Sul, que apresenta características bem distintas daquelas observadas na Região Nordeste, sendo a condição climática fator que contribuirá com seus traços originais, tendo um regime de chuvas bem distribuído, os invernos registrando temperaturas abaixo dos 15°C, podendo alcançar mínimas inferiores a 0°C com a presença de geadas e, ocasionalmente, de nevadas, constituindo-se igualmente num dos fatores que facilitaram a adaptação dos imigrantes estrangeiros (GEIGER; VIEIRA, 1962, p. 229,233).

O estado de São Paulo seria uma exceção por ser uma área de transição, e como tal, receberia mais tarde a denominação de Brasil Sudeste, sendo que a razão de sua inclusão à região Sul, àquela época, deveu-se ao fato do seu crescimento populacional ter sido influenciado pela imigração europeia de populações não ibéricas, segundo as considerações de Geiger e Vieira (1962, p. 230).

A vegetação é outro elemento que individualiza a paisagem nesta região pela presença das matas de araucária, que exercem influência relevante no adensamento populacional, incentivando a atividade madeireira, na parte Oeste do Paraná, na qual a encosta da serra e as florestas contribuíram para a fixação dos colonos estrangeiros:

[...] foi a existência de grandes extensões de terra em mata não desbravada, fator, certamente mais importante do que o clima, que dirigiu a colonização europeia não ibérica, nos séculos XIX e XX, para o Sul do Brasil, do que resultou uma estrutura agrária diversa das grandes fazendas semi-feudais ou da *plantations* das outras partes do Brasil. Organização da pequena propriedade e tendência à produção para o mercado interno em desenvolvimento são aspectos desta colonização, acompanhada de tantos traços que fornecem originalidade às paisagens humanizadas: a casa de telhados de declive íngreme, a carroça de quatro rodas puxadas a cavalo etc (GEIGER; VIEIRA, 1962, p. 230).

A colonização das províncias meridionais, particularmente no Rio Grande do Sul, teve grande impulso depois de promulgada a Independência do Brasil, em 1822, cujos objetivos eram povoar aquela área, abrir vias de comunicação terrestre e o cultivo do solo. Entre os grupos que aí se estabeleceram, destacam-se os italianos e alemães, que, pelas guerras napoleônicas, sentiram-se dispostos a emigrar para países onde encontrassem melhores condições de vida. Aliada à necessidade de uma vida melhor, estava também o interesse do governo brasileiro por um tipo de colono que trabalhasse a terra como proprietário livre e não interessado no trabalho escravo, e tão pouco na criação de gado, que, aos poucos, foi delineando os contornos da paisagem, prosperando nesta região a agricultura e o trabalho artesão (MEINICKE, 1960, p. 237).

A questão sobre a colonização foi abordada pelos geógrafos do CNG do ponto de vista geográfico, recebendo especial atenção do geógrafo Leo Waibel, assistente-técnico do Conselho Nacional de Geografia (VALVERDE, 1948, p. 477), que veio da Alemanha, em 1946, para trabalhar e orientar na pesquisa geográfica, possuindo um amplo conhecimento no campo da Geografia agrária. Sua linha de pesquisa consistia, entre outras, na observação de campo que procurava descrever os problemas correlatos, tais como solo, vegetação, povoamento, ocupação do solo e sistemas agrícolas, influenciando um grupo de geógrafos do CNG que se debruçava sobre o processo de colonização que se desenhava durante o Estado Novo. Destaca-se, entre aqueles jovens geógrafos, o nome de Orlando Valverde (ALMEIDA, 2000).

Waibel (1949, p. 160) ressalta que o principal tema analisado sobre a colonização será as relações entre a terra e as atividades do colono, ensejando a paisagem cultural criada por este. Em seu estudo, Waibel (1949) considera “Sul do Brasil” os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, conforme suas palavras: “Entendo por ‘Sul do Brasil’ os três estados mais meridionais do país. Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Deixo de incluir o estado de São Paulo, ao contrário do que dizem os geógrafos brasileiros, porque suas condições climáticas e sociais são diferentes” (WAIBEL, 1949, p. 160).

As condições naturais que delineiam o Brasil Meridional, de acordo com o estudo de Waibel (1949), são os planaltos do interior, que se estendem pelo Paraná. Em Santa Catarina, embora apresente uma região montanhosa, percebe-se o curso dos rios e a presença marcante do litoral. As serras ou escarpas formam a área ondulada do Rio Grande do Sul. No quesito vegetação, segundo Waibel (1949), o Sul do Brasil apresenta dois tipos principais, que são as densas matas, cujo solo se constitui de uma argila vermelha; e os campos limpos que se assemelham às estepes das zonas de clima temperado.

Com relação ao termo “colonização europeia”, Waibel (1949) chama a atenção por não se referir aos antigos povoadores portugueses, mas adere ao termo para ligar ao processo que pequenos proprietários rurais de origem europeia que se estabeleceram naquelas terras constituindo comunidades próprias¹⁶.

As atividades agrícolas empreendidas pelos colonos na lida com a terra é um dos temas para o estudo de Orlando Valverde (1948), que, ao percorrer o trecho que abrange a região colonial do Rio Grande do Sul, destaca a presença das colônias italianas, localizadas no planalto, onde se encontra Caxias do Sul e seus arredores; e as colônias alemãs, situadas na encosta da Serra, compreendida pelas cidades de Caí, São Leopoldo e Dois Irmãos.

A zona agrícola entre as cidades de Caí, São Leopoldo e Dois Irmãos, segundo Valverde (1948, p. 489-490), apresenta em seu relevo colinas suavemente onduladas e solo vermelho facilmente atacado pela erosão, contribuindo para o delineamento da paisagem da vida rural, que vem a ser o uso da terra. Devido à sua localização – a encosta da Serra – o

¹⁶ Após a Independência do Brasil, em 1822, foi dada ênfase à colonização das duas províncias mais meridionais do Brasil por serem consideradas sujeitas aos ataques de argentinos, pelo lado Sul, e dos índios Botocudos, pelo interior, já que as grandes florestas do Sul do Brasil eram domínio dos índios desta etnia. No intuito de retroceder a presença dos indígenas ou eliminá-los, o governo brasileiro decidiu colonizar essas áreas de mata.

Os colonos dos açores e da Madeira não tinham qualquer interesse em habitar essas matas. Desse modo, o novo tipo de colono deveria ter o perfil de um soldado e também agricultor, defendendo sua terra e cultivando-a ao mesmo tempo. A fim de atender aos objetivos do governo, este tipo de colono foi trazido da Europa Central, que após as guerras napoleônicas encontrava-se desengajado do seu exército, pobre e oprimido, estando pronto para emigrar para outras partes do mundo. Em 1820, as primeiras colônias alemãs se estabeleceram no Sul do Brasil (BODZIAK JÚNIOR; MAACK, 1946 apud WAIBEL, 1949, p. 165).

desenvolvimento de indústrias não floresceu nesta zona, favorecendo a atividade agrícola e, por conseguinte, o aproveitamento da terra, conforme relata Valverde:

Em torno da casa, a terra tem o seu aproveitamento mais intensivo. Aí ficam os jardins e hortas, que correspondem exatamente ao “anel” de horticultura (*truck farming*). Cada agricultor possui apenas umas duas ou três vacas, que são guardadas à noite em estábulos. Nestes, o esterco é recolhido para ser empregado somente nesta primeira faixa [...] (VALVERDE, 1948, p. 493).

A área de Caxias do Sul, Garibaldi e Bento Gonçalves, localizada no planalto, está intimamente vinculada à colonização italiana, cuja atividade agrícola fez prosperar o cultivo da uva. Segundo Valverde:

A introdução da uva no planalto é consequência do hábito que os italianos trouxeram, de ter sempre às refeições o seu copo de vinho. Essa introdução não se fez sem dificuldade. A princípio, alguns colonos trouxeram junto com sua bagagem algumas sementes de uvas finas. Os primeiros parreirais vieram dessas sementes (VALVERDE, 1948, p. 510).

Em outro estudo sobre os estrangeiros vindos para o Brasil seguindo o ciclo imigratório (CÂMARA, 1948, p. 220), vê-se a presença marcante dos alemães e, em menor número, poloneses e russos, que adensaram o Estado de Santa Catarina:

Alemães – Há de início, salientar que, sob a denominação genérica de “alemães”, se englobam todos quantos procedem da Alemanha: provenham da Baviera, ou de Württemberg, ou da Saxônia, ou da Suábia, como sejam hanoverianos ou bálticos, ou medemburgueses, ou hamburgueses. Originam-se da Alta Alemanha, dos Vosges, da Turíngia, como também, nas zonas planas regadas pelo Reno, Vístula, ou pelo Elba (CÂMARA, 1948, p. 220).

A atividade econômica que principiou a vida dos alemães em solo catarinense foi, em geral, a agricultura. Favorecido pelo governo, este imigrante adquiria um lote em troca da construção de estradas. Além da agricultura familiar, o colono alemão também produzia uma indústria em seu domicílio a fim de atender à sua economia de consumo, conforme observa Câmara:

O sentido econômico do lote colonial é a autossuficiência, que serve de explicar, já inicialmente, a policultura. Plantam-se, preferentemente, as espécies vegetais destinadas à alimentação humana, e os respectivos excedentes permitiam ao colono efetuar a troca, geralmente num armazém cujo proprietário também é alemão, com utilidades manufaturadas ou de impossível produção no lote: sal, querosene, tecidos, ferragens etc. É inerente ao espírito do colono o atributo da poupança, que não deve ser confundido com avareza: o alemão não inutiliza, como nos meios nacionais, qualquer coisa que ainda possibilite aproveitamento (CÂMARA, 1948, p. 220).

Neste pequeno esboço sobre as regiões Nordeste e Sul, transportamo-nos para as relações que se estabelecem entre paisagem e memória traçadas por Burke (2004) e Schama (1996), pois os delineamentos presentes nas duas regiões convertem-se em arquivos de memória, ficando quase impossível nos distanciarmos da importância que assumem os açudes, a caatinga ou a carnaúba com relação às nuances típicas da região Nordeste. Quanto à

região Sul, as florestas de araucária são testemunho da razão que levou imigrantes europeus a se estabelecerem nas serras, aproximando-os da vegetação de sua terra natal, produzindo por meio da paisagem uma relação de sentido, evidenciando um significado cultural, remetendo aos arquivos de memória, de que tratam Schama (1996) e Burke (2004).

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No desenvolvimento deste estudo, qual seja a análise de paisagens da vida rural registrada em fotografias do Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo do IBGE, o referencial teórico que o embasa foi obtido através do mapeamento na literatura da área Geografia, que discute os elementos que compõem a paisagem, suas formas naturais, modificadas e organizadas, como também suas características intrínsecas. Tal concepção possibilitou levantar as principais categorias de análise que deverão estar presentes em uma matriz a ser aplicada na análise documentária de fotografias de natureza para seu posterior resgate virtual, que, através de pontos de acesso, visem à sua recuperação pela perspectiva do usuário e sua contribuição para o resgate da memória social desenrolada na vida rural.

É relevante esclarecer que ao trabalharmos com o processo de categorização estivemos atentos em compreender a dimensão complexa deste assunto, pois os principais processos cognitivos que governam a percepção, a organização, o armazenamento, a recuperação e o uso da informação resultantes da representação e tratamento da informação se originam na estruturação do conhecimento humano a partir de ideias mais abrangentes, relativas ao modo como os conceitos estão associados e se organizam sob o ponto de vista cognitivo formando uma rede semântica interligada (LIMA, 2010).

Sendo assim, entre os modelos cognitivos de categorização, isto é, os modelos clássicos e de protótipo (LIMA, 2010), adotamos em nossa pesquisa a ideia de categoria clássica, conceituando-a por suas características ‘necessárias e suficientes’ (COLLINS; QUILLAN, 1969 apud LIMA, 2010), pois na estrutura da matriz que propomos as categorias e subcategorias identificadas compartilham o mesmo grau de importância, não havendo distinção entre as mesmas.

No que tange à identificação do conceito e métodos dos geógrafos no estudo da paisagem, quanto em sua análise regional, para o desenvolvimento de nossa pesquisa nos apoiamos em artigos publicados na Revista Brasileira de Geografia a fim de fornecer subsídios para a compreensão dos assuntos relacionados às características do território brasileiro, que se aplicam à paisagem da vida rural.

Com a finalidade de dar corpo à nossa proposta, elegemos duas regiões brasileiras, Sul e Nordeste, atentando à primeira divisão oficial das regiões proposta pelo CNG, em 1941, vista na Seção 5, por representarem diferentes aspectos regionais, espaciais e socioculturais. Dentre estes conjuntos, selecionamos 2 (duas) fotografias de cada estado para análise. Desse modo, os estados do Nordeste que compreendem nossa análise vêm a ser: Maranhão, Piauí,

Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Na Região Sul, analisamos São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O recorte das fotografias selecionadas teve por critério a representação da vida rural nestas duas regiões, expressas por paisagens, considerando-se na Região Sul as colônias agrícolas, a presença e a influência dos imigrantes europeus na agricultura e na arquitetura, através de suas construções de madeira, e sua vegetação. Na Região Nordeste, as fotografias selecionadas apresentam a incidência das secas, o plantio de cana-de-açúcar, o boiadeiro, a caatinga, os coqueirais e a carnaúba.

Concluídas estas etapas, estabelecemos uma comparação com a descrição e análise feitas anteriormente a esta pesquisa, no propósito de identificarmos as lacunas que se apresentam mediante nossa nova proposta, no que se refere à descrição e análise das fotografias, considerando o atendimento aos usuários do sistema, bem como as categorias aplicadas na análise dos dados.

6.1 MATRIZ PARA ANÁLISE DA PAISAGEM

A presente subseção expõe a metodologia empregada na elaboração da matriz apontando categorias consideradas aplicáveis à análise da paisagem deste acervo, objeto desta pesquisa, que se apoia no referencial teórico resultante do mapeamento na literatura da área de Geografia discutindo a conceituação da paisagem e em estudos regionais desenvolvidos por geógrafos do CNG entre as décadas de 1940 e 1960. Além do marco teórico que a orienta, contempla também a visão de historiadores na compreensão da paisagem como “arquivos de memória”.

Desse modo, a proposta desta matriz abrange quatro diferentes abordagens, observando-se a discussão tecida por geógrafos, após a década de 1990; os estudos provenientes dos trabalhos de campo publicados na Revista Brasileira de Geografia, nas análises regionais presentes em “Paisagens do Brasil” e “Geografia do Brasil: roteiro de uma viagem”, que expõem a visão panorâmica da paisagem nas regiões Nordeste e Sul. Contempla-se também a dimensão histórica como categoria de análise, estando assim sistematizada:

A) Contexto Histórico de Produção: Segundo Burke (2004), deve-se conhecer inicialmente ‘os diferentes propósitos dos realizadores de imagens’, pois são indícios do contexto social em que as fotografias foram produzidas. Daí julgarmos que esta categoria

deva encabeçar a matriz para análise documentária da paisagem, pois partindo desta abordagem serão informados os dados de produção do acervo do qual as fotos são parte integrante, tais como ano da expedição/estudo, seu objetivo e seus integrantes. Interessa notar que o contexto histórico de produção se inclui na análise da imagem e não fora dela, como ocorre na ficha catalográfica do IBGE para estas informações;

B) Porção Aparente do Território: O território, que vem a ser a base geográfica do Estado (FERREIRA, [197-]), reflete-se em suas formas naturais tais como relevo, vegetação, clima e sua fixidez no espaço (CRUZ, 2002);

C) Configuração Territorial: Esta classe resulta das intervenções humanas que operam transformações do ambiente que se verificam nos estudos e análises regionais (MACEDO, 2002; SANTOS, 2009);

D) Paisagens Típicas (Simbólicas): Nesta categoria de análise, o resgate da memória social (SCHAMA, 1996; BURKE, 2004) está associado ao meio físico redocumentando espaços relacionados à vida rural que se desenrola naquelas regiões.

A proposta de matriz elaborada inclui 4 (quatro) categorias que se subdividem em 21 (vinte e uma) subcategorias identificadas, dispostas em quatro quadros de acordo com a abordagem discutida. As subcategorias estão individualizadas e conceituadas com base no mapeamento das áreas de Geografia – principalmente –, Biblioteconomia e História, apontando termos retirados da legenda das fotografias outrora atribuída pelos geógrafos do CNG e termos encontrados na lista de cabeçalhos de assuntos autorizados da Biblioteca Nacional e disponibilizados aos profissionais da informação¹⁷, através de seu site na Internet. Abaixo apresentamos sua divisão:

Quadro 1: Contexto Histórico de Produção;

Quadro 2: Porção aparente do território;

Quadro 3: Configuração Territorial ;

Quadro 4: Paisagem Típica (Valor Simbólico).

¹⁷ Na página da Biblioteca Nacional, www.bn.br, encontra-se o link *Serviços a Profissionais* através do qual é possível acessar o Catálogo de Terminologia de Assuntos que dispõe de 7 (sete) índices, sendo eles: Assunto tópico; Assunto geográfico; Subdivisões de assunto; Nome como assunto; Título como assunto; Gênero e forma e Palavras do assunto.

Posto dessa forma, dispomos a seguir o quadro de categorias e subcategorias que compõem a matriz, identificadas e conceituadas, acompanhado dos respectivos termos. Cabe esclarecer que, para melhor compreensão, optamos por assinalá-los pela sigla **LC (uso de linguagem controlada)**, para aqueles oriundos de lista de cabeçalhos de assuntos do catálogo de terminologia autorizada da Biblioteca Nacional e por **L (uso da linguagem natural)**, para aqueles retirados das legendas da própria fotografia. Com relação aos nomes de municípios, os mesmos foram consultados na Documentação Territorial do Brasil, sob a responsabilidade do IBGE.

A seguir, na matriz, são dispostos os termos (palavras-chave) selecionados na literatura citada e que correspondem ao conjunto de fotografias selecionado para o experimento.

Quadro 1 – Contexto Histórico de Produção

Categoria e subcategorias	Conceituação	Termos
Contexto Histórico de Produção	Informações que identificam o contexto social em que as fotografias foram produzidas (BURKE, 2004)	Ano da expedição/estudo; Objetivo da expedição/estudo; Integrantes da expedição/estudo (L).

Quadro 2 - Porção Aparente do Território

Categoria e subcategorias	Conceituação	Termos
Porção aparente do Território	O território, que vem a ser a base geográfica do Estado (FERREIRA, [197-]), reflete-se em suas formas naturais tais como relevo, vegetação, clima e sua fixidez no espaço (CRUZ, 2002).	Território (L), Relevo (Geografia) (L/LC), Vegetação (L), Clima (L), Espaço (L).
Regiões	Áreas individualizadas identificadas por suas características físicas, humana e econômica que apresentam paisagem	Brasil, Nordeste; Brasil, Sul (LC).

	diferenciada (GUERRA, 1972).	
Estado	Agrupamento de unidades federadas ligadas por ocorrências geográficas dominantes e características comuns, formando conjuntos peculiares e preponderantes (Resolução nº 72, de 14 de julho de 1941, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia).	Estados das Regiões Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas) e Sul (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) (L/LC).
Município	Circunscrição administrativa autônoma do Estado (FERREIRA, [197-]).	Documentação Territorial do Brasil (Municípios das regiões Nordeste e Sul).Ex.: Moreno (PE) (DTB/LC).
Unidade com Categoria Administrativa	Nomes próprios geográficos que representam unidades administrativas (MAROUN; NEVES, 1996).	Distritos, vilas, povoados, praças, parques, etc (L/LC).
Relevo	Diversidade de aspectos da superfície terrestre que compõem as formas da paisagem física (GUERRA, 1972).	Chapadas (L); (L); Encostas (L); Escarpas (L); Montanhas (L); Planícies (L/LC); Planaltos (L); Pediplanos (L); Serras (L); Tabuleiros (L); Terraços (L/LC); Vales (L/LC); Várzeas (L/LC)
Vegetação	Cobertura vegetal e florística do solo que individualiza uma região (GUERRA, 1962).	Matas (L); Florestas (L/LC); Cerrados (L/LC); Caatinga (L/LC); Babaçuais (L); Carnaubais (L); Carnaubeira (LC).
Climatologia	Estudo dos climas do globo que explica certas formas de relevo e de cujos fatores geomorfológicos individuais dependem as relações do clima da paisagem respectiva (GUERRA, 1972).	Nordeste: Semiárido (Sertões); Semiúmido (Serras); Úmido (Litoral). Sul: Subtropical úmido. (L)

Quadro 3 – Configuração Territorial

Categoria e subcategorias	Conceituação	Termos
Configuração Territorial	Intervenções humanas que operam transformações no ambiente que se verificam nos estudos e análises regionais.	Intervenções humanas. Transformações ambientais. Análises regionais (L).
Imigrantes	População não-ibérica que se estabeleceu no Brasil Meridional contribuindo para os traços originais da paisagem (WAIBEL, 1949; GEIGER; VIEIRA, 1962).	Alemães; Italianos; poloneses; japoneses; Russos (L/LC).
População Rural	Pequenos proprietários rurais retirando da terra seu sustento (WAIBEL, 1949; MEINICKE, 1960).	Camponeses (L/LC); Colonos (L); Sertanejos (L/LC).
Atividades Econômicas	Economia de consumo baseada na agricultura familiar e pecuária voltada para a autossuficiência (CÂMARA, 1948; MASCARENHAS, 1960).	Agricultura: Viticultura (L); Fruticultura (L/LC); Extativismo vegetal (L/LC). Pecuária (Criação de animais domésticos): Gado (L/LC); Aves (L/LC); Coelho (L/LC); Ovelha (L/LC); Porco (L); Carneiro (L/LC).
Unidade Autônoma Agrícola	Local destinado à exploração agropecuária exercida em pequena escala visando à autossuficiência (PROST, 1968).	Chácaras (L); Fazendas (L); Sítios (L/LC).
Unidade sem Categoria Administrativa	Nome próprio atribuído a propriedades privadas (MAROUN; NEVES, 1996).	Nomes de Sítios e Fazendas (L).
Áreas Rurais	Áreas visando à autossuficiência de acordo com o relevo (CATALDO, 1962; PROST, 1968).	Campos (L); Pastagens (L/LC); Lavouras (L/LC).
Produtos Agrícolas Regionais	Produtos do reino vegetal encontrados em estado nativo e produtos do reino animal vinculados ao clima e aos solos (SANTOS,	Algodão; Arroz; Babaçu; Cacau; Carnaúba; Coco; Cana-de-açúcar; Café; Cera de carnaúba; Fumo; Mandioca; Milho; Feijão; Uva;

	1962; PROST, 1968).	Madeira; Couros; Peles (L/LC).
Animais Domésticos	Animais criados em áreas pastoris ou em edificações rurais visando atender necessidades e/ou atividades econômicas (PROST, 1968; STRAUCH, 1951).	Aves; Asinino; Boi; Cavalo; Carneiro; Coelho; Porco; Ovelha (L/LC).
Trabalhadores Rurais	Pessoal fixado ao solo que desempenha atividades rurais e possui conhecimentos que atendem às exigências da região onde vive (BARROS, 1949).	Apanhadores (L); Bagaceiros (L); Carroceiros (LC); Cortadores (L); Carpinteiros (L/LC); Ervateiros (L); Feitores de cera (L); Lavradores (L); Preneiros (L); Trouxeiros (L); Vaqueiros (L/LC).
Instrumentos Agrícolas	Instrumentos movidos a motor ou não empregados para preparar o solo, plantar, cultivar, colher e transportar cargas (SMITH, 1947).	Arados (L/LC); Carroças (4 rodas) (L/LC); Carros de boi (2 rodas) (L); Caminhões (L/LC); Ceifeiras (L/LC); Enxadas (L); Semeadeira (L/LC); Adubadeira (L/LC); Tratores (L/LC); Picapes (Veículo utilitário) (LC).
Edificações Rurais	Construções destinadas ao armazenamento de produtos agropecuários; abrigo e criação de animais domésticos que revelam a influência cultural (VALVERDE, 1948).	Estábulos (L/LC); Galpões (L); Paióis (L/LC); Potreiros (L); Serrarias (L/LC).
Edificações Culturais	Construções em alvenaria ou madeira tendo por finalidade atender à população rural na aquisição da aprendizagem e culto religiosos localizados no centro do aglomerado (VALVERDE, 1948).	Capelas; Escolas; Igrejas (Edifícios) (L/LC).

Habitação Rural	Construções em alvenaria ou madeira destinadas à moradia da população rural possuindo área reduzida e limitada por cercas (VALVERDE, 1948).	Casas de colonos (L); Casas de madeira (L/LC); Casas de palha de babaçu (L); Casas de fazenda (LC).
-----------------	---	---

Quadro 4 – Paisagem Típica (Valor Simbólico)

Categoria e subcategoria	Conceituação	Termos
Paisagem Típica (Valor Simbólico)	A memória social (SCHAMA, 1996; BURKE, 2004) está associada ao meio físico redocumentando espaços relacionados à vida rural que se desenrola naquelas regiões.	Memória coletiva (LC). Meio físico (L). Formas Naturais (L) e Paisagens (L/LC).
Meio Físico (contexto geográfico)	Conjunto de formas naturais na paisagem que se articula com a percepção humana influenciando na visão de mundo (SCHAMA, 1996; BURKE, 2004).	Florestas (L/ LC); Matas (L); Caatinga (L/ LC); Cerrados (L/ LC); Rios (L/ LC); Rochas (L/ LC)

As categorias aqui levantadas serão verificadas na análise dos conjuntos fotográficos selecionados que representam a vida rural nas regiões Nordeste e Sul, apresentados na seção seguinte.

6.2 ANÁLISE DOS CONJUNTOS FOTOGRÁFICOS SELECIONADOS

A análise documentária dos conjuntos fotográficos aqui apresentados vem a ser a aplicação da matriz acima elaborada. Por uma opção metodológica, em nossa análise não iremos trabalhar com elementos extrínsecos ao conteúdo da fotografia, ou seja, sua descrição formal de itens da composição fotográfica (formato, plano, contraste, entre outros). Os conjuntos fotográficos estão divididos entre as regiões Nordeste e Sul, de acordo com a proposta metodológica. Para cada região analisamos 2 (duas) fotografias de cada estado, à exceção do estado de Alagoas, no qual examinamos 1 (uma) fotografia por apresentar

pequeno número de registros fotográficos que atendesse aos nossos critérios de seleção, levando-se em conta a paisagem da vida rural.

Para a seleção dos conjuntos fotográficos, examinamos preliminarmente um universo de aproximadamente mil e quinhentas fotografias pertencentes às regiões Nordeste e Sul em seu total. Separamos, então, aquelas imagens que representavam a paisagem da vida rural. Em seguida, selecionamos 2 (duas) fotografias de cada estado que atendessem ao nosso propósito, contendo aspectos que correspondessem às categorias levantadas para análise da paisagem da vida rural presentes nos estados das regiões brasileiras Nordeste e Sul.

Cada conjunto fotográfico analisado apresenta título, que vem a ser sua legenda, número de negativo, número de registro atribuído pelo Sistema Infobib, nome do fotógrafo, nome do geógrafo responsável pela excursão ou trabalho de campo e o ano em que a fotografia foi capturada. Abaixo de cada imagem, dispomos as categorias da matriz individualizadas e atentamos que nem todas as variáveis serão identificáveis na análise e, quando isto ocorrer, a informação fornecida vem a ser “não se aplica”.

Retomando as discussões de Rapper (2011), Maroun e Neves (1996) tecidas na Seção 3, ratificamos a importância da padronização da terminologia referente à informação geográfica para descrição das fotografias. Este quesito implica no emprego das regras utilizadas na definição de entrada para nomes geográficos que se encontram no capítulo 23 (vinte e três) do AACR2 (1985). Quanto à especificidade aplicada aos nomes geográficos brasileiros e aos termos correspondentes a cada categoria conceituada, acreditamos ir ao encontro de um dos objetivos do IBGE que vem a ser a produção de informações geográficas, atendendo assim às necessidades de seus serviços de recuperação e disseminação de informações dessa natureza.

No tocante aos termos resultantes da análise das categorias dispostas na matriz elaborada, relembremos os ensinamentos de Lancaster (2004) e Enser (2009), vistos anteriormente na Seção 3. Lancaster (2004), ao abordar sobre as bases de dados de imagens e sons, menciona a ampla variedade de características que podem ser levantadas, dado que vem reforçar nossa proposta de análise, visto termos identificado vinte e uma categorias distribuídas em quatro abordagens distintas, com base na literatura das áreas de Geografia, Biblioteconomia e Ciência da Informação e segundo a visão de historiadores no tocante à paisagem.

Enser (2009), por sua vez, destaca que os dados “biográficos” da imagem, ou seja, o local onde a foto foi produzida, autoria e contexto histórico da fotografia são importantes atributos que devem constar na análise indexadora da fotografia.

Quanto aos critérios de análise, guiou-nos os parâmetros de indexação voltados para unidades de informação que abrangem grandes estoques informacionais. Apoiando-nos na literatura da área de Ciência da Informação, examinamos Lancaster (2004) quando se refere à importância na atribuição de termos mais específicos e Enser (2009) que aponta a indexação exaustiva como necessária quando se trata da análise de imagens e Cordeiro (2000), que explana sobre os princípios necessários à indexação, estudos que direcionam na potencialização do atendimento aos usuários quando efetuam buscas no sistema.

A seguir apresentamos a matriz aplicada aos conjuntos fotográficos selecionados para análise documental da paisagem.

7 TESTE DA MATRIZ

Partindo dos conjuntos fotográficos selecionados¹⁸ entre as duas regiões brasileiras, Nordeste e Sul, procedemos à sua análise de acordo com a proposta metodológica apresentada na Seção 6.

7.1 REGIÃO NORDESTE

Maranhão

Figura 5- Casa de babaçu perto da Fazenda Piquizeiro

Negativo 3435; N° Registro MA 9825

Fotógrafo: Tibor Jablonsky

Geógrafo Responsável: Alfredo José Porto Domingues

Ano: 1957



Acervo IBGE

A) Contexto Histórico de Produção:

Ano da expedição/estudo: 1957 ; Objetivo(s): Geografia econômica e humana do babaçu (Fonte : RBG, 1957; DIVISÃO de Geografia [do Conselho Nacional de Geografia] (Org.).

Paisagens do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: [SEGRAF do IBGE], 1962.;

Integrantes: _Geógrafo (s): Alfredo José Porto Domingues e Participantes do Grupo de Estudos do Babaçu¹⁹; Fotógrafo: Tibor Jablonsky .

¹⁸ Os conjuntos fotográficos se apresentam também em CD-ROM, em anexo, para visualização ampliada.

¹⁹ A presença do babaçu na economia do Meio Norte e Nordeste é de tamanha importância, que em 14 de março de 1957, foi baixado pelo governo federal o decreto nº 41150, criando o Grupo de Estudos do Babaçu, objetivando aumentar sua produção. VALVERDE, Orlando. Geografia econômica e social do babaçu no Meio Norte. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, out./dez. 1957.

B) Porção Aparente do Território:

Região: Brasil, Nordeste ; Estado: Maranhão ; Município: [Santa Luzia (MA)] ; Unidade com Categoria Administrativa: Não se aplica ; Relevo: Não se aplica ; Vegetação: Babaçu ; Climatologia: Semiárido.

C) Configuração Territorial:

Imigrantes: Não se aplica ; População Rural: Não se aplica ;
Atividades Econômicas: Não se aplica ; Unidades Autônomas Agrícolas: Não se aplica ;
Unidade sem Categoria Administrativa: Fazenda Piquizeiro [Santa Luzia, MA] ; Áreas Rurais: Plantações ;
Produtos Agrícolas Regionais: Babaçu ;
Animais Domésticos: Não se aplica ; Trabalhadores Rurais: Não se aplica ;
Instrumentos Agrícolas: Não se aplica ; Edificações Rurais: Não se aplica ;
Edificações Culturais: Não se aplica ; Habitação Rural: Casa de palha de babaçu.

D) Paisagem Típica:

Meio Físico: Não se aplica.

Figura 6 – Cerrado depois de Engenho da Água
 Negativo: 3475 ; N° Registro: MA 9850
 Fotógrafo: Tibor Jablonsky
 Geógrafo Responsável: Alfredo José Porto Domingues
 Ano: 1957



Acervo IBGE

A) Contexto Histórico de Produção:

Ano da expedição/estudo: 1957 ; Objetivo(s): Estudos de interpretação geográfica da Região Nordeste (Fonte: RBG, 1947; 1955; 1957 ; DIVISÃO de Geografia [do Conselho Nacional de Geografia] (Org.). **Paisagens do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: [SEGRAF do IBGE], 1962; Integrantes: Geógrafo: Alfredo José Porto Domingues ; Fotógrafo: Tibor Jablonsky.

B) Porção Aparente do Território:

Região: Brasil, Nordeste ; Estado: Maranhão ; Município: Caxias (MA) ; Unidade com Categoria Administrativa: Não se aplica ; Relevô: Planícies ; Vegetação: Cerrados ; Climatologia: Semiárido__.

C) Configuração Territorial:

Imigrantes: Não se aplica ; População rural: Não se aplica ; Atividades econômicas: Não se aplica ; Unidade Autônoma Agrícola: Não se aplica ; Unidade sem Categoria Administrativa: Engenho da Água (Caxias, MA) ; Áreas Rurais: Campo ; Produtos Agrícolas Regionais: Não se aplica ; Animais Domésticos: Não se aplica ; Trabalhadores Rurais: Não se aplica ; Instrumentos Agrícolas: Não se aplica ; Edificações Rurais: Não se aplica ; Edificações Culturais: Não se aplica ; Habitação Rural: Não se aplica.

D) Paisagem Típica:

Meio Físico: Cerrados.

Piauí

Figura 7 – Grupo de vaqueiros com seus cavalos

Negativo: 3412 ; N° Registro: PI 10089

Fotógrafo: Tibor Jablonsky

Geógrafo Responsável: Alfredo José Porto Domingues

Ano: 1957



Acervo IBGE

A) Contexto Histórico de Produção:

Ano da expedição/estudo: 1957 ; Objetivo(s): Estudos de interpretação geográfica da Região Nordeste (Fonte: RBG, 1947; 1955; 1957 ; DIVISÃO de Geografia [do Conselho Nacional de Geografia] (Org.). **Paisagens do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: [SEGRAF do IBGE], 1962; Integrantes: Geógrafo: Alfredo José Porto Domingues ; Fotógrafo: Tibor Jablonsky.

B) Porção Aparente do Território:

Região: Brasil, Nordeste ; Estado: Piauí ; Município: Bela Vista do Piauí (PI) ; Unidade com Categoria Administrativa: Não se aplica ; Relevo: Não se aplica ; Vegetação: Não se aplica ; Climatologia: Semiárido.

C) Configuração Territorial:

Imigrantes: Não se aplica ; População Rural: Sertanejos ; Atividades Econômicas: Pecuária ; Unidade Autônoma Agrícola: Não se aplica ; Unidade sem Categoria Administrativa: Não se aplica ; Áreas Rurais: Não se aplica ; Produtos Agrícolas Regionais: Não se aplica ; Animais Domésticos: Cavalo ; Trabalhadores Rurais: Vaqueiros ; Instrumentos Agrícolas: Não se aplica ; Edificações Rurais: Não se aplica ; Edificações Culturais: Não se aplica ; Habitação Rural: Casas de fazenda.

D) Paisagem Típica:

Meio Físico: Não se aplica.

Figura 8 – Folhas de carnaúba secando no terreiro

Negativo: 3584; Nº Registro: PI 10187

Fotógrafo: Tibor Jablonsky

Geógrafo responsável: Alfredo José Porto Domingues

Ano: 1957



Acervo IBGE

A) Contexto Histórico de Produção:

Ano da expedição/estudo: 1957 ; Objetivo(s): Estudos de interpretação geográfica da Região Nordeste (Fonte: RBG, 1947; 1955; 1957 ; DIVISÃO de Geografia [do Conselho Nacional de Geografia] (Org.). **Paisagens do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: [SEGRAF do IBGE], 1962 ; Integrantes: Geógrafo: Alfredo José Porto Domingues ; Fotógrafo: Tibor Jablonsky.

B) Porção Aparente do Território:

Região: Brasil, Nordeste ; Estado: Piauí ; Município: Cabeceiras do Piauí (PI) ; Unidade com Categoria Administrativa: Não se aplica ; Relevo: Não se aplica ; Vegetação: Carnaúba ; Climatologia: Semiárido.

B) Configuração Territorial:

Imigrantes: Não se aplica ; População Rural: Sertanejos ; Atividades Econômicas: Extrativismo vegetal ; Unidade Autônoma Agrícola: Não se aplica ; Unidade sem Categoria Administrativa: Não se aplica ; Áreas Rurais: Campo ; Produtos Agrícolas Regionais: Carnaúba ; Animais Domésticos: Não se aplica ; Trabalhadores Rurais: Apanhadores ; Instrumentos Agrícolas: Não se aplica ; Edificações Rurais: Não se aplica ; Edificações Culturais: Não se aplica ; Habitação Rural: Não se aplica.

C) Paisagem Típica:

Meio Físico: Não se aplica.

Ceará

Figura 9 – Carros transportando água

Negativo: 319; Nº Registro: CE10324

Fotógrafo: Tibor Jablonsky

Geógrafo responsável: [Lindalvo Bezerra dos Santos]

Ano: [1952]



Acervo IBGE

A) Contexto Histórico de Produção:

Ano da expedição/estudo: [1952] ; Objetivo(s): Estudos de interpretação geográfica da Região Nordeste (Fonte: RBG, 1947; 1955; 1957 ; DIVISÃO de Geografia [do Conselho Nacional de Geografia] (Org.). **Paisagens do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: [SEGRAF do IBGE], 1962 ; Integrantes: Geógrafo: [Lindalvo Bezerra dos Santos] ; Fotógrafo: Tibor Jablonsky.

B) Porção Aparente do Território:

Região: Brasil, Nordeste ; Estado: Ceará ; Município: Aracati (CE) ; Unidade com Categoria Administrativa: Não se aplica ; Relevô: Não se aplica ; Vegetação: Não se aplica ; Climatologia: Semiárido.

C) Configuração Territorial:

Imigrantes: Não se aplica ; População Rural: Sertanejos ; Atividades Econômicas: Não se aplica ; Unidade Autônoma Agrícola: Não se aplica ; Unidade sem Categoria Administrativa: Não se aplica ; Áreas Rurais: Não se aplica ; Produtos Agrícolas Regionais: Não se aplica ; Animais Domésticos: Boi ; Trabalhadores Rurais: Carroceiros ; Instrumentos Agrícolas: Carros de boi ; Edificações Rurais: Não se aplica ; Edificações Culturais: Não se aplica ; Habitação Rural: Não se aplica.

D) Paisagens Típicas:

Meio Físico: Não se aplica.

Figura 10 – Plantação de cana : Sítio Vargem Redonda
 Negativo: 942; Nº Registro: CE 10359
 Fotógrafo: Tibor Jablonsky
 Geógrafo responsável: Lindalvo Bezerra dos Santos
 Ano: 1952



Acervo IBGE

A) Contexto Histórico de Produção:

Ano da expedição/estudo: 1952 ; Objetivo(s): Estudos de interpretação geográfica da Região Nordeste (Fonte: RBG, 1947; 1955; 1957 ; DIVISÃO de Geografia [do Conselho Nacional de Geografia] (Org.). **Paisagens do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: [SEGRAF do IBGE], 1962 ; Integrantes: Geógrafo: Lindalvo Bezerra dos Santos ; Fotógrafo: Tibor Jablonsky.

B) Porção Aparente do Território:

Região: Brasil, Nordeste ; Estado: Ceará ; Município: Lavras de Mangabeira (CE) ; Unidade com Categoria Administrativa: Não se aplica ; Relevo: Planícies ; Vegetação: Caatinga ; Climatologia: Semiárido.

C) Configuração Territorial:

Imigrantes: Não se aplica ; População Rural: Não se aplica ; Atividades Econômicas: Agricultura ; Unidade Autônoma Agrícola: Sítios ; Unidade sem Categoria Administrativa: Sítio Vargem Redonda (Lavras de Mangabeira, CE) ; Áreas Rurais: Lavouras; Campos ; Produtos Agrícolas Regionais: Cana-de-açúcar ; Animais Domésticos: Não se aplica ; Trabalhadores Rurais: Não se aplica ; Instrumentos Agrícolas: Não se aplica ; Edificações Rurais: Não se aplica ; Edificações Culturais: Não se aplica ; Habitação Rural: Casas de fazenda.

D) Paisagem Típica:

Meio Físico: Caatinga.

Rio Grande do Norte

Figura 11 – Caatinga mista

Negativo: 952; Nº Registro: RN10839

Fotógrafo: Tibor Jablonsky

Geógrafo responsável: Lindalvo Bezerra dos Santos

Ano: 1952



Acervo IBGE

A) Contexto Histórico de Produção:

Ano da expedição/estudo: 1952 ; Objetivo(s): Estudos de interpretação geográfica da Região Nordeste (Fonte: RBG, 1947; 1955; 1957 ; DIVISÃO de Geografia [do Conselho Nacional de Geografia] (Org.). **Paisagens do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: [SEGRAF do IBGE], 1962 ; Integrantes: Geógrafo: Lindalvo Bezerra dos Santos ; Fotógrafo: Tibor Jablonsky.

B) Porção Aparente do Território:

Região: Brasil, Nordeste ; Estado: Rio Grande do Norte ; Município: Upanema (RN) ; Unidade com Categoria Administrativa: Não se aplica ; Relevo: Planícies ; Vegetação: Caatinga; Cerrados ; Climatologia: Semiárido.

C) Configuração Territorial:

Imigrantes: Não se aplica ; População Rural: Não se aplica ; Atividades Econômicas: Não se aplica ; Unidade Autônoma Agrícola: Não se aplica ; Unidade sem Categoria Administrativa: Não se aplica ; Áreas Rurais: Não se aplica ; Produtos Agrícolas Regionais: Não se aplica ; Animais Domésticos: Não se aplica ; Trabalhadores Rurais: Não se aplica ; Instrumentos Agrícolas: Não se aplica ; Edificações Rurais: Não se aplica ; Edificações Culturais: Não se aplica ; Habitação Rural: Não se aplica.

D) Paisagem Típica:

Meio Físico: Caatinga; Cerrados.

Figura 12 – Casa de agregado
 Negativo: 3502; N° Registro: RN10843
 Fotógrafo: Tibor Jablonsky
 Geógrafo responsável: Alfredo José Porto Domingues
 Ano: 1957



Acervo IBGE

A) Contexto Histórico de Produção:

Ano da expedição/estudo: 1957 ; Objetivo(s): Estudos de interpretação geográfica da Região Nordeste (Fonte: RBG, 1957; DIVISÃO de Geografia [do Conselho Nacional de Geografia] (Org.). **Paisagens do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: [SEGRAF do IBGE], 1962 ; Integrandes: Geógrafo: Alfredo José Porto Domingues e Participantes do Grupo de Estudos do Babaçu ; Fotógrafo: Tibor Jablonsky.

B) Porção Aparente do Território:

Região: Brasil, Nordeste ; Estado: Rio Grande do Norte ; Município: Macaíba (RN) ; Unidade com Categoria Administrativa: Não se aplica ; Relevo: Não se aplica ; Vegetação: Não se aplica ; Climatologia: Semiárido.

C) Configuração Territorial:

Imigrantes: Não se aplica ; População Rural: Sertanejos ; Atividades Econômicas: Não se aplica ; Unidade Autônoma Agrícola: Sítios ; Unidade sem Categoria Administrativa: Não se aplica ; Áreas Rurais: Não se aplica ; Produtos Agrícolas Regionais: Não se aplica ; Animais Domésticos: Porco; Carneiro; Cão ; Trabalhadores Rurais: Não se aplica ; Instrumentos Agrícolas: Não se aplica ; Edificações Rurais: Não se aplica ; Edificações Culturais: Não se aplica ; Habitação Rural: Casa de palha de babaçu.

D) Paisagem Típica:

Meio Físico: Não se aplica.

Paraíba

Figura 13 – Vale com de cana-de-açúcar ao fundo, agave nas meias encostas e capoeiras nos altos

Negativo: 1676; N° Registro: PB10941

Fotógrafo: Tibor Jablonsky

Geógrafo responsável: Walter Egler

Ano: 1956



Acervo IBGE

A) Contexto Histórico de Produção:

Ano da expedição/estudo: 1956 ; Objetivo(s): Biogeografia regional (Fonte: ALMEIDA, 2000) ; Integrantes: Naturalista: Walter Alberto Egler ; Fotógrafo: Tibor Jablonsky.

B) Porção Aparente do Território:

Região: Brasil, Nordeste ; Estado: Paraíba ; Município: Areia (PB) ; Unidade com Categoria Administrativa: Não se aplica ; Relevo: Vales; Encostas ; Vegetação: Matas ; Climatologia: Semiárido.

C) Configuração Territorial:

Imigrantes: Não se aplica ; População Rural: Não se aplica ; Atividades Econômicas:

Agricultura ; Unidade Autônoma Agrícola: Fazendas ;

Unidade sem Categoria Administrativa: Não se aplica ; Áreas Rurais: Lavouras ; Produtos

Agrícolas Regionais: Cana-de-açúcar ;

Animais Domésticos: Não se aplica ; Trabalhadores Rurais: Não se aplica ;

Instrumentos Agrícolas: Não se aplica ; Edificações Rurais: Não se aplica ;

Edificações Culturais: Não se aplica ; Habitação Rural: Não se aplica.

D) Paisagem Típica:

Meio Físico: Matas.

Figura 14 – Gado em descanso

Negativo: 262; N° Registro: PB10924

Fotógrafo: Stivan Faludi

Geógrafo responsável: Lindalvo Bezerra dos Santos

Ano: 1952



Acervo IBGE

A) Contexto Histórico de Produção:

Ano da expedição/estudo: 1952 ; Objetivo(s): Estudos de interpretação geográfica da Região Nordeste (Fonte: RBG, 1947; 1955; 1957 ; DIVISÃO de Geografia [do Conselho Nacional de Geografia] (Org.). **Paisagens do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: [SEGRAF do IBGE], 1962 ; Integrantes: Geógrafo: Lindalvo Bezerra dos Santos ; Fotógrafo: Tibor Jablonsky.

B) Porção Aparente do Território:

Região: Brasil, Nordeste ; Estado: Paraíba ; Município: Monteiro (PB) ; Unidade com Categoria Administrativa: Não se aplica ; Relevo: Pediplanos ; Vegetação: Caatinga ; Climatologia: Semiárido.

C) Configuração Territorial:

Imigrantes: Não se aplica ; População Rural: Não se aplica ; Atividades Econômicas: Pecuária ; Unidade Autônoma Agrícola: Fazendas ; Unidade sem Categoria Administrativa: Não se aplica ; Áreas Rurais: Pastagens ; Produtos Agrícolas Regionais: Não se aplica ; Animais Domésticos: Boi ; Trabalhadores Rurais: Não se aplica ; Instrumentos Agrícolas: Não se aplica ; Edificações Rurais: Não se aplica ; Edificações Culturais: Não se aplica ; Habitação Rural: Não se aplica.

D) Paisagem Típica:

Meio Físico: Caatinga.

Pernambuco

Figura 15 – Aspecto parcial do Engenho Moreno

Negativo: 2771; Nº Registro: PE11272

Fotógrafo: Tibor Jablonsky

Geógrafo responsável: Walter Egler

Ano: 1955



Acervo IBGE

A) Contexto Histórico de Produção:

Ano da expedição/estudo: 1955 ; Objetivo(s): Biogeografia regional e estudos sobre a caatinga (Fonte: ALMEIDA, 2000) ; Integrantes: Geógrafo: Walter Alberto Egler ; Fotógrafo: Tibor Jablonsky.

B) Porção Aparente do Território:

Região: Brasil, Nordeste ; Estado: Pernambuco ; Município: Moreno (PE) ; Unidade com Categoria Administrativa: Não se aplica ; Relevo: Não se aplica ; Vegetação: Matas ; Climatologia: Semiúmido.

C) Configuração Territorial:

Imigrantes: Não se aplica ; População Rural: Não se aplica ; Atividades Econômicas:

Agricultura ; Unidade Autônoma Agrícola: Fazendas ;

Unidade sem Categoria Administrativa: Engenho Moreno (Moreno, PE) ; Áreas Rurais: Não se aplica ; Produtos Agrícolas Regionais: Cana-de-açúcar ;

Animais Domésticos: Não se aplica ; Trabalhadores Rurais: Não se aplica ;

Instrumentos Agrícolas: Carros de boi ; Edificações Rurais: Engenhos ;

Edificações Culturais: Não se aplica ; Habitação Rural: Não se aplica.

D) Paisagem Típica:

Meio Físico: Não se aplica.

Figura 16 – Fazenda da Cachoeira: plantações à margem do São Francisco

Negativo: 11111; Nº Registro: PE11538

Fotógrafo: Tibor Jablonsky

Geógrafo responsável: Nilo Bernardes

Ano: 1962



Acervo IBGE

A) Contexto Histórico de Produção:

Ano da expedição/estudo: 1962 ; Objetivo(s): Utilização da terra (Fonte: ALMEIDA, 2000) ;

Integrantes: Geógrafo: Nilo Bernardes ; Fotógrafo: Tibor Jablonsky.

B) Porção Aparente do Território:

Região: Brasil, Nordeste ; Estado: Pernambuco ; Município: Cabrobró (PE) ; Unidade com Categoria Administrativa: Não se aplica ; Relevô: Várzeas ; Vegetação: Matas ; Climatologia: Semiárido.

C) Configuração Territorial:

Imigrantes: Não se aplica ; População Rural: Não se aplica ; Atividades Econômicas:

Agricultura ; Unidade Autônoma Agrícola: Fazendas ;

Unidade sem Categoria Administrativa: Fazenda da Cachoeira (Cabrobró, PE) ; Áreas Rurais:

Lavouras ; Produtos Agrícolas Regionais: Não se aplica ;

Animais Domésticos: Não se aplica ; Trabalhadores Rurais: Não se aplica ;

Instrumentos Agrícolas: Não se aplica ; Edificações Rurais: Não se aplica ;

Edificações Culturais: Não se aplica ; Habitação Rural: Não se aplica.

D) Paisagens Típicas:

Meio Físico: São Francisco, Rio.

Alagoas

Figura 17 – Lagoa Mundaú em Marechal Deodoro

Negativo: 215; N° Registro: AL11715

Fotógrafo: Stivan Faludi

Geógrafo responsável: Lindalvo Bezerra dos Santos

Ano: 1952



Acervo IBGE

A) Contexto Histórico de Produção:

Ano da expedição/estudo: 1952 ; Objetivo(s): Estudos de interpretação geográfica da Região Nordeste (Fonte: RBG, 1947; 1955; 1957 ; DIVISÃO de Geografia [do Conselho Nacional de Geografia] (Org.). **Paisagens do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: [SEGRAF do IBGE], 1962 ; Integrantes: Geógrafo: Lindalvo Bezerra dos Santos ; Fotógrafo: Tibor Jablonsky.

B) Porção Aparente do Território:

Região: Brasil, Nordeste ; Estado: Alagoas ; Município: Marechal Deodoro (AL) ; Unidade com Categoria Administrativa: Não se aplica ; Relevo: Várzeas ; Vegetação: Babaçuais ; Climatologia: Úmido.

C) Configuração Territorial:

Imigrantes: Não se aplica ; População Rural: Não se aplica ; Atividades Econômicas: Não se aplica ; Unidade Autônoma Agrícola: Não se aplica ; Unidade sem Categoria Administrativa: Não se aplica ; Áreas Rurais: Lavoura ; Produtos Agrícolas Regionais: Babaçu ; Animais Domésticos: Não se aplica ; Trabalhadores Rurais: Não se aplica ; Instrumentos Agrícolas: Não se aplica ; Edificações Rurais: Não se aplica ; Edificações Culturais: Não se aplica ; Habitação Rural: Casas de babaçu.

D) Paisagem Típica:

Meio Físico: Mundaú, Lagoa (AL).

7.2 REGIÃO SUL

São Paulo

Figura 18 – Coleta de amendoim : município de Presidente Bernardes

Negativo: 9857; Nº Registro: SP20025

Fotógrafo: Tibor Jablonsky

Geógrafo responsável: Maurício Coelho Vieira

Ano: 1960



Acervo IBGE

A) Contexto Histórico de Produção:

Ano da expedição/estudo: 1960 ; Objetivo(s): Estudo sobre os aspectos físicos do sul do Brasil (Fonte: DIVISÃO de Geografia [do Conselho Nacional de Geografia] (Org.).

Paisagens do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: [SEGRAF do IBGE], 1962 ; Integrantes: Geógrafo: Maurício Coelho Vieira ; Fotógrafo: Tibor Jablonsky.

B) Porção Aparente do Território:

Região: Brasil, Sul ; Estado: São Paulo ; Município: Presidente Bernardes (SP) ; Unidade com Categoria Administrativa: Não se aplica ; Relevos: Planícies ; Vegetação: Não se aplica ; Climatologia: Subtropical úmido.

C) Configuração Territorial:

Imigrantes: Japoneses ; População Rural: Camponeses ; Atividades Econômicas: Agricultura ; Unidade Autônoma Agrícola: Sítios; Chácaras ;

Unidade sem Categoria Administrativa: Não se aplica ; Áreas Rurais: Lavouras; Campos ; Produtos Agrícolas Regionais: Amendoim ;

Animais Domésticos: Cavalo ; Trabalhadores Rurais: Lavradores ;

Instrumentos Agrícolas: Não se aplica ; Edificações Rurais: Não se aplica ;

Edificações Culturais: Não se aplica ; Habitação Rural: Não se aplica.

D) Paisagem Típica:

Meio Físico: Não se aplica.

Figura 19 – Frente dissecada da Mantiqueira : município de Cruzeiro

Negativo: 7285; Nº Registro: SP22120

Fotógrafo: Tibor Jablonsky

Geógrafo responsável: Antônio Teixeira Guerra

Ano: [195-]



Acervo IBGE

A) Contexto Histórico de Produção:

Ano da expedição/estudo: [195-] ; Objetivo(s):_Estudo para a obra “Paisagens do Brasil” (Fonte: DIVISÃO de Geografia [do Conselho Nacional de Geografia] (Org.). **Paisagens do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: [SEGRAF do IBGE], 1962 ; Integrandes: Geógrafo: Antônio Teixeira Guerra ; Fotógrafo: Tibor Jablonsky.

B) Porção Aparente do Território:

Região: Brasil, Sul ; Estado: São Paulo ; Município: Cruzeiro (SP) ; Unidade com Categoria Administrativa: Não se aplica ; Relevos: Montanhas; Vales ; Vegetação: Matas; Florestas ; Climatologia: Subtropical úmido.

C) Configuração Territorial:

Imigrantes: Não se aplica ; População Rural: Não se aplica ; Atividades Econômicas: Agricultura ; Unidade Autônoma Agrícola: Sítios; Fazendas ; Unidade sem Categoria Administrativa: Não se aplica ; Áreas Rurais: Lavouras ; Produtos Agrícolas Regionais: Não se aplica ; Animais Domésticos: Não se aplica ; Trabalhadores Rurais: Não se aplica ; Instrumentos Agrícolas: Não se aplica ; Edificações Rurais: Não se aplica ; Edificações Culturais: Não se aplica ; Habitação Rural: Casas de fazenda.

D) Paisagem Típica:

Meio Físico: Mantiqueira, Serra da (MG-SP).

Paraná

Figura 20 – Casal de colonos alemães em Terra Nova

Negativo: 1840; N° Registro: PR20830

Fotógrafo: Tibor Jablonsky

Geógrafo responsável: Orlando Valverde

Ano: 1955



Acervo IBGE

A) Contexto Histórico de Produção:

Ano da expedição/estudo: 1955 ; Objetivo(s): Estudo para o “Atlas da Colonização do Brasil” (Fonte: RBG, 1953; BOLETIM GEOGRÁFICO [DO IBGE],1956) ; Integrantes: Geógrafo: Orlando Valverde ; Fotógrafo: Tibor Jablonsky.

B) Porção Aparente do Território:

Região: Brasil, Sul ; Estado: Paraná ; Município: São Jerônimo da Serra (PR) ; Unidade com Categoria Administrativa: Não se aplica ; Relevo: Não se aplica ; Vegetação: Não se aplica ; Climatologia: Subtropical úmido.

C) Configuração Territorial:

Imigrantes: Alemães ; População Rural: Colonos ; Atividades Econômicas: Não se aplica ; Unidade Autônoma Agrícola: Não se aplica ; Unidade sem Categoria Administrativa: Não se aplica ; Áreas Rurais: Não se aplica ; Produtos Agrícolas Regionais: Não se aplica ; Animais Domésticos: Não se aplica ; Trabalhadores Rurais: Não se aplica ; Instrumentos Agrícolas: Não se aplica ; Edificações Rurais: Não se aplica ; Edificações Culturais: Não se aplica ; Habitação Rural: Casas de madeira; Casas de colonos.

D) Paisagem Típica:

Meio Físico: Não se aplica.

Figura 21 – Detalhe da engorda de porcos na Fazenda Santa Maria : município de Cambará
 Negativo: 9498; N° Registro: PR21085
 Fotógrafo: Tibor Jablonsky
 Geógrafo responsável: Maurício Coelho Vieira
 Ano: 1960



Acervo IBGE

A) Contexto Histórico de Produção:

Ano da expedição/estudo: 1960 ; Objetivo(s): Estudo dos aspectos físicos do Sul do Brasil (Fonte: DIVISÃO de Geografia [do Conselho Nacional de Geografia] (Org.). **Paisagens do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: [SEGRAF do IBGE], 1962 ; Integrantes: Geógrafo: Maurício Coelho Vieira ; Fotógrafo: Tibor Jablonsky.

B) Porção Aparente do Território:

Região: Brasil, Sul ; Estado: Paraná ; Município: Cambará (PR) ; Unidade com Categoria Administrativa: Não se aplica ; Relevo: Não se aplica ; Vegetação: Não se aplica ; Climatologia: Subtropical úmido.

C) Configuração Territorial:

Imigrantes: Não se aplica ; População Rural: Não se aplica ; Atividades Econômicas: Pecuária ; Unidade Autônoma Agrícola: Fazendas ;
 Unidade sem Categoria Administrativa: Fazenda Santa Maria (Cambará, PR) ;
 Áreas Rurais: Não se aplica ; Produtos Agrícolas Regionais: Não se aplica ;
 Animais Domésticos: Porco ; Trabalhadores Rurais: Não se aplica ;
 Instrumentos Agrícolas: Picapes (Veículo utilitário) ;
 Edificações Rurais: Chiqueiros ; Edificações Culturais: Não se aplica ; Habitação Rural: Casas de fazenda.

D) Paisagem Típica:

Meio Físico: Não se aplica.

Santa Catarina

Figura 22 – Capela protestante do povoado Rio Ada, no município de Timbó

Negativo: 848; Nº Registro: SC22949

Fotógrafo: Tomas Somlo

Geógrafo responsável: Dora do Amarante Romariz

Ano: 1953



Acervo IBGE

A) Contexto Histórico de Produção:

Ano da expedição/estudo: 1953 ; Objetivo(s): Mapa da vegetação original do estado do Paraná (Fonte: RBG, 1953) / Estudo para o Atlas da Colonização do Sul do Brasil (Fonte: BOLETIM GEOGRÁFICO [DO IBGE], 1956) ; Integrantes: Geógrafo: Dora do Amarante Romariz ; Fotógrafo: Tomas Somlo.

B) Porção Aparente do Território:

Região: Brasil, Sul ; Estado: Santa Catarina ; Município: Timbó (SC) ; Unidade com Categoria Administrativa: Rio Ada (Timbó, SC) ; Relevo: Montanhas ; Vegetação: Matas ; Climatologia: Subtropical úmido.

C) Configuração Territorial:

Imigrantes: Não se aplica ; População Rural: Não se aplica ; Atividades Econômicas: Não se aplica ; Unidade Autônoma Agrícola: Sítios ;
Unidade sem Categoria Administrativa: Não se aplica ;
Áreas Rurais: Pastagens; Campos ; Produtos Agrícolas Regionais: Não se aplica ;
Animais Domésticos: Não se aplica ; Trabalhadores Rurais: Não se aplica ;
Instrumentos Agrícolas: Não se aplica ; Edificações Rurais: Não se aplica ;
Edificações Culturais: Capelas ; Habitação Rural: Casas de madeira.

D) Paisagem Típica:

Meio Físico: Matas.

Figura 23 – Família de colono italiano colhendo fumo : município de Nova Trento

Negativo: 862; Nº Registro: SC22976

Fotógrafo: Tomas Somlo

Geógrafo responsável: Dora do Amarante Romariz

Ano: 1953



Acervo IBGE

A) Contexto Histórico de Produção:

Ano da expedição/estudo: 1953 ; Objetivo(s): Mapa da vegetação original do estado do Paraná (Fonte: RBG, 1953) / Estudo para o Atlas da Colonização do Sul do Brasil (Fonte: BOLETIM GEOGRÁFICO [DO IBGE], 1956) ; Integrantes: Geógrafo: Dora do Amarante Romariz ; Fotógrafo: Tomas Somlo.

B) Porção Aparente do Território:

Região: Brasil, Sul ; Estado: Santa Catarina ; Município: Nova Trento (SC) ; Unidade com Categoria Administrativa: Não se aplica ; Relevo: Montanhas ; Vegetação: Matas; Florestas ; Climatologia: Subtropical úmido.

C) Configuração Territorial:

Imigrantes: Italianos ; População Rural: Camponeses; Colonos ; Atividades Econômicas: Agricultura ; Unidade Autônoma Agrícola: Sítios ;
 Unidade sem Categoria Administrativa: Não se aplica ; Áreas Rurais: Lavouras; Campos ;
 Produtos Agrícolas Regionais: Fumo ;
 Animais Domésticos: Não se aplica ; Trabalhadores Rurais: Lavradores ;
 Instrumentos Agrícolas: Não se aplica ; Edificações Rurais: Não se aplica ;
 Edificações Culturais: Não se aplica ; Habitação Rural: Não se aplica.

D) Paisagem Típica:

Meio Físico: Matas; Florestas.

Rio Grande do Sul

Figura 24 – Cotovelo do Rio das Antas, visto do alto de um patamar

Negativo: 8681; N° Registro: RS23431

Fotógrafo: Tibor Jablonsky

Geógrafo responsável: Pedro Pinchas Geiger

Ano: 1959



Acervo IBGE

A) Contexto Histórico de Produção:

Ano da expedição/estudo: 1959 ; Objetivo(s): Estudo dos aspectos físicos do Sul do Brasil (Fonte DIVISÃO de Geografia [do Conselho Nacional de Geografia] (Org.). **Paisagens do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: [SEGRAF do IBGE], 1962 ; Integrantes: Geógrafo: Pedro Pinchas Geiger ; Fotógrafo: Tibor Jablonsky.

B) Porção Aparente do Território:

Região: Brasil, Sul ; Estado: Rio Grande do Sul ; Município: Não se aplica ; Unidade com Categoria Administrativa: Não se aplica ; Relevo: Montanhas; Terraços; Vales ; Vegetação: Matas; Florestas ; Climatologia: Subtropical úmido.

C) Configuração Territorial:

Imigrantes: Não se aplica ; População Rural: Não se aplica ; Atividades Econômicas: Agricultura ; Unidade Autônoma Agrícola: Sítios ; Unidade sem Categoria Administrativa: Não se aplica ; Áreas Rurais: Lavouras ; Produtos Agrícolas Regionais: Não se aplica ; Animais Domésticos: Não se aplica ; Trabalhadores Rurais: Não se aplica ; Instrumentos Agrícolas: Não se aplica ; Edificações Rurais: Não se aplica ; Edificações Culturais: Não se aplica ; Habitação Rural: Casas de madeira.

D) Paisagem Típica:

Meio Físico: Antas, Rio das (RS); Matas; Florestas.

Figura 25 – Aspecto do Vale do Rio Caí, perto de Vila Feliz

Negativo: 2079; N° Registro: RS23267

Fotógrafo: Tibor Jablonsky

Geógrafo responsável: Orlando Valverde

Ano: 1955



Acervo IBGE

A) Contexto Histórico de Produção:

Ano da expedição/estudo: 1955 ; Objetivo(s): Estudo para o “Atlas da Colonização do Brasil” (Fonte: RBG, 1953; BOLETIM GEOGRÁFICO [DO IBGE],1956) ; Integrantes: Geógrafo: Orlando Valverde ; Fotógrafo: Tibor Jablonsky.

B) Porção Aparente do Território:

Região: Brasil, Sul ; Estado: Rio Grande do Sul ; Município: Feliz (RS) ; Unidade com Categoria Administrativa: Vila Feliz (Feliz, RS) ; Relevo: Montanhas; Terraços; Vales ; Vegetação: Matas; Florestas ; Climatologia: Subtropical úmido.

C) Configuração Territorial:

Imigrantes: Não se aplica ; População Rural: Não se aplica ; Atividades Econômicas: Agricultura ; Unidade Autônoma Agrícola: Fazendas; Sítios ; Unidade sem Categoria Administrativa: Não se aplica ; Áreas Rurais: Lavouras; Campos ; Produtos Agrícolas Regionais: Arroz; Uva ; Animais Domésticos: Não se aplica; Habitação Rural: Casas de fazenda.

D) Paisagem Típica:

Meio Físico: Caí, Rio, Vale (RS e PR); Matas; Florestas.

8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Antes de dar início à discussão dos resultados, gostaríamos de esclarecer que as observações aqui tecidas possuem um caráter reflexivo. Com isso pretendemos somar esforços na tentativa de tornar a representação das informações que abrangem este acervo num processo que maximize seu contexto informacional, na articulação entre a recuperação de informações e as necessidades do usuário.

Comparando-se as imagens do acervo selecionadas, aplicando-se a proposta de matriz para análise documentária da paisagem e cotejando-as ao tratamento recebido anteriormente a este novo modelo, verificamos a ampliação das categorias de análise como pontos de acesso que resultam no aumento da precisão na recuperação da informação solicitada, uma vez que cada categoria indexada e selecionada pelo usuário se reverterá numa resposta mais completa à imagem pesquisada.

Atualmente, o sistema Infobib, que abriga as bases de dados dos materiais tratados pela Gerência de Bibliotecas e Acervos Especiais (GEBIS), dispõe de um campo geral – na base Fotografias – para inclusão de assuntos, sem, no entanto, especificar as categorias que possam melhor representar um assunto, potencializando a completeza dos resultados que poderiam ser obtidos pelos usuários do sistema.

A título de ilustração, recolhemos um exemplo de registro fotográfico do acervo que nos guia, selecionado em nossa pesquisa, indexado sem tomar como base a matriz elaborada, respectivo à região Nordeste, que pode ser conferido no catálogo on-line da Biblioteca e disponível através do link www.biblioteca.ibge.gov.br. Retomando a figura 10, vista na Seção 7, cujo título original atribuído pelo geógrafo responsável, Lindalvo Bezerra dos Santos, era “Plantação de cana : sítio Vargem Redonda”, negativo: 942; nº registro: CE 10359 e o fotógrafo, Tibor Jablonsky:

Autor: Tibor Jablonsky

Título: Canavial no Sítio Vargem Redonda em Lavras da Mangabeira (CE)

Local: Lavras da Mangabeira (CE)

Ano: 1952

Descrição física: 1 fot. : neg., p&b.

Série: Acervo dos Trabalhos Geográficos de Campo

Notas: Negativo 942.

Assuntos:

Ceará

Lavras da Mangabeira (CE)

Cultivos agrícolas

Cana-de-açúcar

Sítio Vargem Redonda

Secundárias:

Autor: Lindalvo Bezerra dos Santos

Observando a presente indexação nota-se, primeiramente, que os assuntos são analisados de acordo com uma abordagem geral, não especificando as categorias que poderiam ser analisadas, tratando-os apenas como assuntos tópicos ou geográficos. Já, com relação à normalização dos elementos de entrada aplicada aos nomes geográficos, percebe-se, por exemplo, que o nome geográfico sem categoria administrativa que identifica *Sítio Vargem Redonda* não vem acompanhado de seu qualificador geográfico (MAROUN; NEVES, 1996), que em caso contrário, resultaria em *Sítio Vargem Redonda (Lavras de Mangabeira, CE)*. A função deste qualificador vem a ser ‘otimização da recuperação’, nas palavras de Maroun e Neves (1996), já apreciadas na Seção 3, pois além de promover a distinção de homônimos, determina a precisão na localização de nomes geográficos.

Outra questão que consideramos oportuno levantar trata-se do tipo de vocabulário controlado utilizado para indexação das fotografias. Em nosso caso, a terminologia empregada para traduzir as imagens fotográficas recai sobre os cabeçalhos de assuntos autorizados da Biblioteca Nacional, que através de nossa prática tem se mostrado compatível com o tipo de documentação analisada, atendendo as demandas dos usuários do sistema. Estamos cientes que embora em sua estrutura as listas de cabeçalhos de assunto não apresentem uma hierarquia classificatória e termos relacionados semanticamente (CAMPOS, 2001), reconhecemos como o fator mais relevante que interfere na indexação seja a especificidade do vocabulário e a possibilidade de combinações dos termos de indexação (LANCASTER, 2004).

Quanto à representação do objeto fotográfico no que diz respeito à atribuição do título, relembremos as Regras Gerais Para Descrição apresentadas no AACR2, capítulos 1 e 8, este último destinado aos materiais iconográficas. A regra preliminar 1.1 B1 é clara na sua orientação, qual seja a transcrição do título principal “exatamente quanto à redação, ordem e grafia, mas não necessariamente quanto à pontuação e ao uso de maiúsculas” (AACR2, 1985). No tratamento dado à fotografia que nos serve de referência e em outras selecionadas nesta pesquisa, verificamos que o título original uma vez atribuído pelo geógrafo responsável foi modificado. Consideramos inapropriada esta alteração, visto que este acervo guarda a memória dos trabalhos de campo dos geógrafos do CNG. Por outro lado, não atende aos princípios biblioteconômicos, sendo uma das funções da catalogação manter a integridade do documento a fim de torná-lo passível de verificação (MEY, 1995).

Outro ponto observado refere-se à ausência de uma abordagem que contemple a memória da paisagem registrada na imagem fotográfica e seu contexto histórico de produção. No exemplo que tomamos como modelo, o meio físico representado pela caatinga, ou até mesmo a unidade autônoma agrícola – o Sítio Vargem Redonda (Lavras de Mangabeira, CE) – documentam espaços e como tal revestem-se da iconografia do passado (KOSSOY, 2012), auxiliando pesquisadores que venham a recorrer desta fonte plástica que ressalta o estatuto da fotografia (KOSSOY, 2012). Sob o prisma do contexto histórico de produção como categoria de análise, poderiam ser informados os nomes dos integrantes da expedição, o propósito da expedição e seu ano de realização, dados que contextualizam a imagem fotográfica analisada.

Dependendo da leitura que o indexador propõe à fotografia, lançando mão de princípios criteriosos traçados numa ampla determinação de elementos de análise, a representação documentária poderá oferecer um considerável espectro de informações que tenderão a se multiplicar produzindo novos conhecimentos cumprindo a função social ao documento.

Retomando o domínio da análise e indexação de imagens e avaliando a matriz proposta aplicada aos conjuntos fotográficos selecionados do acervo e os comparando à experiência anterior a este modelo, percebemos que a nova proposta reforça a análise indexadora por meio da ampliação dos pontos de acesso quando da busca destes documentos no sistema.

O potencial informativo deste acervo será determinado na medida em que for estabelecido um ‘mínimo-máximo significativo indexável’, tal como observa Cordeiro (2000, p. 80). Este “mínimo-máximo indexável” pode ser verificado na matriz elaborada, pois obedece a princípios que não podem ser ignorados no processo analítico indexador, pois se constituem em elementos mediadores que garantem a articulação entre grupos de usuários no acesso à informação.

Ao testarmos a matriz na análise dos conjuntos fotográficos e comparando-os ao tratamento anterior dado a estes mesmos documentos, podemos perceber que os resultados oferecidos pela nova proposta respondiam a critérios que devem nortear a representação documentária, através de parâmetros que assegurem os princípios da margem de segurança, o princípio da coincidência e o princípio da polirrepresentação (CORDEIRO, 2000).

Pelo princípio da margem de segurança, a matriz modelada garante ao indexador identificar pontos de acesso que relacionados ao documento, torna-o um indicador constante, visando diminuir a incerteza dos aspectos analisados na fotografia.

A abrangência de pontos de acesso expressa pelas vinte e uma categorias identificadas na matriz promove entre diferentes grupos de usuários o acesso coletivo às informações contidas no acervo, que pela leitura do indexador poderá impulsionar a interação entre usuário e/do documento.

As categorias determinadas e testadas pela matriz mostraram que na maioria das vezes termos e dados se repetem nas categorias analisadas, quando informados nomes dos integrantes das expedições, o próprio nome da expedição, termos pertinentes à porção aparente do território ou da configuração territorial, indicando ao indexador o princípio da coincidência, ou seja, esta repetição ratifica o emprego daquele termo ou o dado no momento da análise.

Na concepção da matriz modelada, partindo dos conceitos atribuídos à paisagem, analisando os estudos da paisagem elaborados pelos geógrafos, considerando a dimensão histórica e seu contexto de produção, juntamente aos preceitos das áreas de Ciência da Informação e Biblioteconomia, acreditamos estar colocando em prática o princípio da polirrepresentação quando se ampliam as categorias de análise, que desse modo possibilita proporcionar a múltiplos grupos de usuários pontos de acesso para diferentes perguntas ao sistema. Ao analisar as particularidades que as imagens oferecem, expandimos também sua relevância que através de distintas abordagens confirmam o alto grau de interdisciplinaridade das fotografias deste acervo, colaborando para que um número maior de usuários seja atendido em ‘seus questionamentos em diferentes níveis’, conforme pondera Cordeiro (2000).

Complementando nossos comentários no intuito de auxiliar indexadores de imagens, gostaríamos de lembrar em nossas observações que dados identificáveis a respeito da fotografia, entre eles os elementos extrínsecos ao seu conteúdo, tais como os itens da composição fotográfica (formato, plano, contraste, entre outros), não foram contemplados na proposta desta matriz.

Em síntese, guiando-nos pelos princípios que regem a representação documentária, percebemos por meio da matriz proposta e testada ser possível alcançar um padrão de segurança que influi nos resultados para recuperação destes conjuntos de documentos, quando comparados à análise anterior a esta nova proposta.

9 CONCLUSÃO

Ao longo desta pesquisa procuramos através dos estudos e análises regionais tecidos pelos geógrafos do Conselho Nacional de Geografia e de levantamento bibliográfico em periódicos, teses e dissertações e nas demais fontes bibliográficas, nacionais e internacionais, sistematizado nas áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia, Geografia e História deprender conceitos que nos possibilitaram identificar categorias para análise de paisagem da vida rural, alcançando nosso objetivo principal na compreensão dos conceitos e métodos utilizados pelos geógrafos agrários no estudo da paisagem da vida rural.

Pelo fundamento da Ciência da Informação, buscamos procedimentos e parâmetros de análise em Lancaster (2004) e Cordeiro (2000; 2005; 2010), bem como as principais tendências no que diz respeito à análise da informação geográfica, vista em Raper (2009), e organização, análise e indexação de fotografias, obtida na leitura de Enser (2009), chegando à proposta de matriz que propicia a representação documentária da paisagem de natureza, que juntas revelam conceitos e termos úteis na descrição e indexação de imagens, norteando os objetivos específicos propostos.

Igualmente pela interlocução da Ciência da Informação com outros domínios do saber, aproximamo-nos de áreas do conhecimento como a Geografia e História, que nos ajudaram a interrogar que aspectos e categorias deveriam ser considerados na análise indexadora visando à recuperação destas fotografias do acervo, nos autorizando reafirmar seu caráter interdisciplinar.

A contribuição dada pela área de Biblioteconomia representa-se no texto de Maroun e Neves (1996), em relação à normalização dos elementos de entrada aplicada aos nomes geográficos, que vem a determinar a precisão de nomes geográficos brasileiros.

A paisagem revisitada nos passos traçados pelos geógrafos do CNG e cristalizada pelas lentes dos fotógrafos que os acompanhavam nos trabalhos de campo, analisada e conceituada por outros geógrafos e historiadores, nos permitiu ver que a paisagem tem muito a dizer ao reconhecer sua força simbólica em sua dimensão histórica (SCHAMA, 1996; BURKE, 2004) e que a fotografia é sua porta-voz (KOSSOY, 2009), desde que se aplique uma criteriosa análise para representação da informação amparada em princípios asseverados pela Ciência da Informação e padrões biblioteconômicos nesse exercício do olhar, que dessa forma pode auxiliar o indexador quanto ao objetivo que se pretende alcançar com relação ao documento.

Através das categorias identificadas na matriz elaborada, pretendemos contribuir para a reflexão pela necessidade em se atender a princípios de análise que visem à indexação e

recuperação da informação que propiciam desvelar a potência do Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo do IBGE, que se reveste num importante repositório de informação e memória, e ao mesmo tempo gerar posteriores informações a diferentes segmentos de usuários.

Pelas razões ditas acima, foi indispensável “desconstruir” a paisagem observada e analisada pelos geógrafos do CNG, entre os anos de 1940 e 1960, preponderante para que chegássemos às conceituações concernentes à vida rural. Assim, seguimos as recomendações de Burke (2004), quando faz o alerta em ser necessário conhecer os diferentes propósitos dos realizadores de imagens, para aqueles que planejam utilizar o testemunho de imagens.

O método da contextualização, também defendido por Borges (2005), nos levou à apropriação de diferentes sentidos através de nossas indagações aos documentos fotográficos, para dali retirar novas informações plasmadas em categorias de análise na representação documentária da paisagem de natureza.

As respostas obtidas na categorização e na subcategorização das classes mostraram a relevância do arcabouço teórico selecionado e do procedimento metodológico desenvolvido, os quais foram fundamentados na literatura das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Geografia e História. Assim, foi possível identificar e levantar as características representativas da paisagem que integram e respaldam a matriz proposta. Diante disso, a pesquisa desenvolvida se justifica, pois foi possível compreender os conceitos e os métodos utilizados pelos geógrafos agrários no estudo da paisagem, focalizando a vida rural, o que nos permitiu estabelecer e potencializar princípios (categorias e subcategorias) de análise e indexação no tratamento desse material integrante do Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo.

Subsequente à composição da matriz, sua verificação quando aplicada aos conjuntos de documentos selecionados explicitou quão necessário se faz para a análise indexadora assegurar princípios convergentes à margem de segurança, pois potencializam o grau informativo dos documentos, em especial os documentos deste acervo, que perante diferentes pontos de acesso promove a interação conferida pela sua interdisciplinaridade no conjunto total de documentos, os usuários de diferentes segmentos do sistema e alcança também futuros usuários.

Foi através da execução das etapas mencionadas que os objetivos específicos foram colocados em prática, subsidiando na obtenção dos resultados almejados.

Finalizando, a pluralidade de pontos de acesso sugerida nesta matriz funciona, pode-se dizer, como um vetor que confere ao Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos de Campo

do IBGE o “certificado de presença” da fotografia, atestando sua condição de importante fonte de informação visual para a pesquisa no cenário da memória social.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Vera Lucia Cortes. **Fragmentos de memória das pesquisas geográficas de campo no IBGE (1939-1968)**: imagens e representações numa abordagem da história oral. 2000. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, 2000.
- _____. **Imagens do trabalho feminino no Brasil**: um estudo sobre a população fotográfica de Tibor Jablonsky (1952-1968). Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, 2010.
- ALMEIDA, Roberto Schmidt de. **A geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, 2000.
- ALVES, Flamarion Dutra. Os métodos da geografia agrária clássica: contribuição para história do pensamento geográfico. In: **Encontro Nacional de Geografia Agrária, 19. 2009**, São Paulo. Trabalhos apresentados...São Paulo: USP, 2009.
- AMARAL, Luciana. **A importância do tratamento intelectual das fotografias visando à recuperação da imagem**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2009.
- THE AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION et al. (Org.). **Código de Catalogação Anglo-Americano**. 2. ed. São Paulo: FEBAB, 1985. 2 v.
- BAPTISTA, Paulo. **Panoramas da Serra do Espinhaço**: um ensaio de mapeamento fotográfico da paisagem. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
- BARROS, Linton Ferreira de. Fotografias aéreas. **Boletim Geográfico [do IBGE]**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 178, p. 109, jan./fev. 1964.
- BARROS, Sousa. Raízes tropicais do Nordeste. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, jul./set. 1949.
- BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BLANC-PAMARD, Chantal; RAISON, Jean-Pierre. Paisagem. In: **ENCICLOPÉDIA Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional : Casa da Moeda, 1986. nv. v. 8.
- BOLETIM GEOGRÁFICO [do IBGE]**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 24, 1945; n. v. 4, n. 43, 1946; v. 4, n. 45, 1946; v. 2, n. 37, 1947; v. 5, n. 49, 1947; v. 5, n. 50, 1947; v. 13, n. 128, 1956.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & fotografia**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- BRIET, Suzanne. **O que é documentação**. Niterói, RJ: [s.n.], 1970. Tradução de: Maria Nazareth Fendt (Tradução não editada).
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: Edusc, 2004.

CÂMARA, Lourival. Estrangeiros em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, abr./jun. 1948.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem documentária** : teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói, RJ: EdUFF, 2001.

CASTIGLIONE, Luiz Henrique Guimarães. **Epistemologia da geoinformação**: uma análise histórico-crítica. 2009. 373 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2009.

CATALDO, Delnida Martinez. Aspectos humanos e econômicos do Sul. In: In: DIVISÃO de Geografia [do Conselho Nacional de Geografia] (Org.). **Paisagens do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: [SEGRAF do IBGE], 1962. p. 251-259.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **A Era Vargas**: dos anos 20 a 1945. Disponível em < cpdoc.fgv.br/produção/dossies/AEraVargas1/anos37-45> . Acesso em: 11 set 2012.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA (Brasil). **Resoluções da Assembleia Geral**, n. 1-365, 1934-1954.

_____. **Resoluções do Diretório Central**, n. 356-376, 1950.

CORDEIRO, Rosa Inês de Novais; AMÂNCIO, Antonio (Tunico) Carlos. **O que vemos e como vemos**: do ponto de vista do sujeito receptor. In: ENANCIB, 7., 2006, Marília. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/sistemas/enancib/viewabstract.php?id=261>> . Acesso em: 31 maio 2012.

CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. Análise e representação de filmes em unidades de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 89-94, jan./abr. 2005.

_____. **Informação e movimento**: uma ciência da arte fílmica. Rio de Janeiro: Madgráfica, 2000.

_____. O movimento, a natureza e a produção de sentido no documento imagético: uma perspectiva do seu potencial informativo para análise documentária. In: SERAFIM, José Francisco; TOUTAIN, Lúcia Brandão; GEFROY, Yannick (Orgs.). **Perspectivas em informação visual: cultura, percepção e representação = Perspectives in information visuelle: culture, perception et representation**. Salvador: EdUFBA, 2010.

CRIPPA, Giulia; LASTORIA, Andrea Coelho. Um passeio pela imagens: a Ribeirão Preto de Tony Miyasaka. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 54-74, jun.2010.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

DEBRAY, Régis. **Vida e morte da imagem**: uma história do olhar no Ocidente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DOMINGUES, Alfredo José Porto. Regiões naturais. In: DIVISÃO de Geografia [do Conselho Nacional de Geografia] (Org.). **Paisagens do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: [SEGRAF do IBGE], 1962.

ENSER, Peter G. B. Information seeking and retrieval. **Annual Review of Information Science and Technology Science and Technology**, v.42, n. 1, p. 1-42, nov. 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1. ed. 5. reimpr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [197-].

GEIGER, Pedro Pinchas; VIEIRA, Maurício Coelho. Aspectos físicos do Sul. In: Divisão de Geografia [do Conselho Nacional de Geografia] (Org.). **Paisagens do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: [SEGRAF do IBGE], 1962.

GOMBRICH, E. H. **A história da arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Dicionário geológico-geomorfológico**. 4. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

GUERRA, Antônio Teixeira; CARVALHO, Eloisa de (Org.). **Geografia do Brasil: roteiro de uma viagem**. Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1960.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. Trabalho de campo e de gabinete da Segunda Expedição Geográfica ao Planalto Central. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, 1949.

GUINCHAT, Claire; MENOUE, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. corr. aum. Brasília: IBICT, 1994.

IBGE. Conselho Diretor. **Resoluções**, n. 1-9, 1969.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 4. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

_____. **Fotografia & História**. 4. ed. ampl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. rev. atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Org.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.

LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira. Modelos de categorização: apresentando o modelo clássico e o modelo de protótipos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 108-122, maio/ago. 2010.

LOPEZ, André Porto Ancona; BORGES, Leandro de Melo. Uma visão arquivística sobre os documentos fotográficos referentes ao decanato de ensino de graduação presentes no acervo do Centro de Documentação da Universidade de Brasília. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 160-176, set./dez. 2009. Disponível em: <revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1119/1345>. Acesso em: 20 out. 2010.

LÜERSEN, Angélica. **Produção de sentidos na linguagem icônica: mídia e estratégias de enunciação**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

MACEDO, Sílvio Soares. Paisagem, turismo e litoral. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

MAGNAGO, Angélica Alves. A divisão regional brasileira : uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, out./dez. 1995.

MANINI, Miriam Paula. **Análise documentária de fotografias**: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicação e Artes, 2002. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-23032007-111516/pt-br.php>. Acesso em: 6 jul. 2012.

_____. **A leitura de imagens fotográficas**: preliminares da análise documentária de fotografias. In: ENANCIB, XII, 2011, Brasília. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/xii/enancibXII/paper/view/783>. Acesso em: 2 ago 2012.

MAROUN, Maria Celia dos Santos Bou; NEVES, Maria de Lourdes Therezinha Pacheco. **Nomes geográficos**: normas para indexação. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

MASCARENHAS, Edna. Nordeste. In: GUERRA, Antonio Teixeira; CARVALHO, Eloisa de (Org.). **Geografia do Brasil**: roteiro de uma viagem. Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1960.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografias e história: interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.73-98, 1996.

MEINICKE, Nysio Prado. A colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul. In: In: GUERRA, Antonio Teixeira; CARVALHO, Eloisa de (Org.). **Geografia do Brasil**: roteiro de uma viagem. Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1960.

MELO, Evaneide Maria de. Leituras da paisagem: jardim do Seridó/ RN em foco. **Ateliê Geográfico**: revista eletrônica, Goiânia, v.2, n.3, p. 177-202, maio 2008. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/3894/3578>. Acesso em: 5 maio 2012.

_____. **A paisagem em foco**: leituras fotográficas de Jardim do Seridó-RN. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008. Disponível em: bdtd.bczm.ufrn.br/tesesimplificado/tde_arquivos/16/TDE-2008-07-09T061543Z-1250/Publico/EvaneideMM.pdf. Acesso em: 5 maio 2012.

MELO, Mário Lacerda. Bases geográficas dos problemas do Nordeste. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, out./dez. 1962.

MELO, Vera Mayrinck. Paisagem e simbolismo. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Rumo a uma “história visual”. In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornelia; NOVAES, Sylvia Caiuby (Org.). **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1995.

MURGUIA, Eduardo Ismael; REGISTRO, Tânia Cristina. O arranjo arquivístico como escrita: uma reflexão sobre a narrativa em imagens a partir do Fundo Pedro Miranda no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n.1, p. 71-82, jan./abr. 2006.

PAIVA, Eduardo França. **História & imagem**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 13.

PASSOS, Messias Modesto dos. A construção da paisagem na raia divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul. **Boletim Geográfico**, Maringá, v. 26/27, n. 1, p.3-14, 2008/2009.

PAVAGEAU, Moacir. Estudo comparativo de alguns solos típicos do planalto central brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 14, n.2, p. 128, abr./jun.1952.

PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 1993.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Evolução, conceito e método da geografia. **Boletim Geográfico [do IBGE]**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, p.1477-1481, 1943.

PIRES, Paulo dos Santos. Paisagem litorânea de Santa Catarina como recurso turístico. In: _____. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

PROST, Gerard. O Cariri semiárido transformado pela agave. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, abr./jun. 1968.

QUEIROZ FILHO, Antonio Carlos. A edição dos lugares sobre fotografia e a política espacial das imagens. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 33-53, jun.2010.

RAPER, Jonathan. Geographic information science. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 43, n.1, p.1-117, 2009.

RAYWARD, W. Boyd (Ed.). **Selected essays of Paul Otlet**. Amsterdam: Elsevier, 1990.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1-2, 1942; v. 5, n.3, 1943; v. 6, n. 1, 1944; v. 2, n. 22, 1945; v. 9, n. 1, 1947; v. 10, n. 2, 1948; v. 15, n. 3, 1953; v. 17, n. 1, 1955; v. 19, n. 4, 1957.

RICHTER, Denis; MARIN, Fátima Aparecida Dias Gomes; DECANINI, Mônica Modesta Santos. Ensino de geografia, espaço e linguagem cartográfica. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 163-178, set./dez. 2010.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

RUELLAN, Francis. Orientação científica dos métodos de pesquisa geográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan./mar. 1943.

SANTOS, José Antonio Lobo dos. O conceito de espaço rural e as políticas de governo no Brasil, Florianópolis, **Revista Discente Expressões Geográficas**, v. 8, n.7, jun. 2011. Disponível em: < WWW.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed07/n07_art05.pdf. Acesso em: 16 jun. 2012.

- SANTOS, Lindalvo Bezerra dos. Aspectos humanos e econômicos do Meio-Norte e do Nordeste. In: DIVISÃO de Geografia [do Conselho Nacional de Geografia] (Org.). **Paisagens do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: [SEGRAF do IBGE], 1962. p. 188-189.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 4. ed. 5. reimpr. São Paulo: EdUSP, 2009.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SHATFORD, Sara. Analyzing the subject of a Picture: a theoretical approach. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 6, n. 3, p. 39-62, Spring 1986.
- SILVA, Raul Mende; CACHAPUZ, Paulo Brandi; LAMARÃO, Sérgio (Org.). **Getúlio Vargas e seu tempo**. Rio de Janeiro: BNDES, [2004?].
- SMITH, T. Lynn. Sistemas agrícolas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, abr./jun. 1947
- SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. 5. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- STRAUCH, Ney. Distribuição da população rural de uma parte do sertão nordestino. . **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, jul./set. 1951.
- VALVERDE, Orlando. Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, out./dez. 1948.
- WAIBEL, Leo. Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, abr./jun. 1949.

ANEXO

.